



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANELISA BARBOSA DE SOUZA CAVALCANTI

**PACTO POR SUAPE SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SOCIOAMBIENTAL
ENTRE SUAPE E UNESCO**

JOÃO PESSOA

2025

ANELISA BARBOSA DE SOUZA CAVALCANTI

**PACTO POR SUAPE SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SOCIOAMBIENTAL
ENTRE SUAPE E UNESCO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Nayanna Sabiá de Moura

JOÃO PESSOA

2025

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C377p Cavalcanti, Anelisa Barbosa de Souza.
Pacto por Suape sustentável: análise do acordo de cooperação técnica socioambiental entre SUAPE e UNESCO [manuscrito] / Anelisa Barbosa de Souza Cavalcanti. - 2025.
52 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Nayanna Sabiá de Moura, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA".

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Cooperação socioambiental.
3. Porto de Suape. 4. UNESCO. I. Título

21. ed. CDD 363.7

ANELISA BARBOSA DE SOUZA CAVALCANTI

PACTO POR SUAPE SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DO ACORDO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA SOCIOAMBIENTAL ENTRE SUAPE E UNESCO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharela em Relações
Internacionais

Aprovada em: 05/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wemlley Lucena de Araújo** (***.279.434-**), em **01/07/2025 14:18:35** com chave **6bed963c569f11f0a07506adb0a3afce**.
- **Nayanna Sabiá de Moura** (***.750.293-**), em **27/06/2025 14:53:38** com chave **a794cb60537f11f0a6962618257239a1**.
- **Thalita Franciely de Melo Silva** (***.737.594-**), em **27/06/2025 15:00:58** com chave **add4be80538011f09aed1a1c3150b54b**.
- **Filipe Reis Melo** (***.607.604-**), em **29/06/2025 20:11:33** com chave **66100478553e11f0a46606adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 01/07/2025

Código de Autenticação: 38b709



E Deus viu tudo que havia feito, e
tudo era muito bom” (Gn 1, 31).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 ATUAÇÃO PORTUÁRIA: UMA ANÁLISE SOBRE SUAPE	7
2.1 Portos brasileiros	9
2.2 Suape como eixo comercial e estratégico	12
3 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS E COLABORATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE	17
3.1 Governança Ambiental Global: a gestão compartilhada do meio ambiente.....	21
3.2 Cooperação internacional	26
4 O “PACTO POR SUAPE SUSTENTÁVEL”	29
4.1 Metas e obstáculos: desafios na construção da sustentabilidade.....	30
4.2 A estrutura do acordo de cooperação entre Suape e Unesco	32
4.3 Avanços e lacunas na implementação	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

**PACTO POR SUAPE SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SOCIOAMBIENTAL
ENTRE SUAPE E UNESCO**

**PACTO POR SUAPE SUSTENTÁVEL:
ANALYSIS OF THE SOCIO ENVIRONMENTAL TECHNICAL COOPERATION
AGREEMENT BETWEEN SUAPE AND UNESCO**

Anelisa Barbosa de Souza Cavalcanti¹

RESUMO

Portos marítimos, apesar de essenciais para o comércio internacional, geram sequelas ambientais permanentes, o que tem motivado a formalização de processos de cooperação técnica entre diversos atores internacionais em prol da salvaguarda ambiental. Atento a estas mudanças e ao seu papel como um dos principais portos públicos do Nordeste, o Complexo Industrial Portuário de Suape firmou, junto à Unesco, sua primeira parceria internacional, tendo como foco a preservação ambiental. O acordo foi assinado em 18 de janeiro de 2016, tendo sido finalizado em 18 de janeiro de 2018, com duração total de 24 meses. Diante dessa iniciativa, almeja-se investigar quais foram os termos do acordo de cooperação técnica adotados na parceria entre Suape e a Unesco para a construção do “Pacto por Suape sustentável”. A partir dessa indagação, o presente estudo busca analisar os termos do acordo de Cooperação Técnica executado entre os atores supracitados. A pesquisa foi elaborada a partir da interconexão entre a temática ambiental, portuária e de comércio exterior, buscando compreender o posicionamento de um dos principais portos do norte-nordeste no que diz respeito à agenda ecológica, de modo a promover discussões sobre o cenário ecossistêmico, que exige a sensibilização urgente da coletividade. Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa, com objetivo descritivo, baseada no método do estudo de caso. As técnicas de análise envolveram o levantamento de dados e análise documental, permitindo uma compreensão aprofundada do cenário estudado. Assim, foram analisadas as demandas ambientais e a implementação do acordo pelo Complexo de Suape, compreendendo a cooperação técnica entre os atores na gestão do território, bem como os desafios enfrentados no projeto. Para tanto, infere-se que, por meio de uma gestão eficaz, é possível alinhar o desenvolvimento econômico à salvaguarda ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Cooperação Técnica; Porto de Suape; Unesco.

ABSTRACT

Maritime ports, although essential for international trade, generate permanent environmental consequences, which has motivated the formalization of technical cooperation processes among various international actors in favor of environmental protection. Aware of these changes and

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: anelisa.cavalcanti@aluno.uepb.edu.br.

of its role as one of the main public ports in the Northeast, the Suape Industrial Port Complex established its first international partnership with UNESCO, focusing on environmental preservation. The agreement was signed on January 18, 2016, and concluded on January 18, 2018, with a total duration of 24 months. In light of this initiative, the aim is to investigate the terms of the technical cooperation agreement adopted in the partnership between Suape and UNESCO for the construction of the “Pact for a Sustainable Suape.” Based on this inquiry, the present study seeks to analyze the terms of the Technical Cooperation Agreement executed between the aforementioned actors. The research was developed through the interconnection of environmental, port, and foreign trade themes, aiming to understand the position of one of the main ports in the North-Northeast regarding the ecological agenda, in order to promote discussions about the ecosystemic scenario, which urgently demands collective awareness. For this purpose, a qualitative approach was adopted, with a descriptive objective, based on the case study method. The analysis techniques involved data collection and document analysis, allowing for an in-depth understanding of the studied scenario. Thus, environmental demands and the implementation of the agreement by the Suape Complex were analyzed, including the technical cooperation between the actors in territorial management, as well as the challenges faced in the project. Therefore, it is inferred that, through effective management, it is possible to align economic development with environmental protection.

Keywords: Sustainable Development; Technical Cooperation; The Suape Port; Unesco.

1 INTRODUÇÃO

A atividade marítima desempenha um papel fundamental no que diz respeito ao fortalecimento das economias nacionais, ganhando ainda mais relevância com a construção dos portos, que ampliaram o poder e a influência comercial dos países. Essas estruturas facilitaram a interdependência no sistema internacional e foram otimizadas ao longo dos anos, contribuindo de maneira significativa para o avanço da globalização e consolidando-se como elementos indispensáveis para o comércio internacional.

Apesar dos inúmeros benefícios proporcionados por este modal de transporte, a operação portuária impacta o meio ambiente de modo significativo e perene. Sua construção afeta sobretudo a biota aquática e as comunidades locais, que passam a enfrentar a poluição resultante das grandes embarcações e das suas operações, além de tornarem-se vulneráveis a desastres ambientais que podem causar marcas profundas e irreversíveis ao ecossistema da região.

Frente ao crescente debate sobre a questão ecológica, os agentes portuários buscam formalizar parcerias com inúmeras autoridades internacionais por meio da Cooperação Técnica, a fim de estabelecer uma agenda ambiental sustentável, que objetiva mitigar os efeitos resultantes de suas operações.

Assim, coube trazer para o cerne do presente estudo as temáticas de governança ambiental global e sustentabilidade, por meio do “Pacto por Suape Sustentável”, firmado entre

o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O acordo foi assinado em 18 de janeiro de 2016, tendo sido finalizado em 18 de janeiro de 2018, com duração total de 24 meses (SUAPE, 2016).

Fundada ao final da década de 1970, Suape configurou-se como um dos mais significativos agentes voltados ao desenvolvimento da economia do Brasil e conseqüentemente da região Nordeste. Para além de sua relevância econômica, o porto também obtém destaque por seu compromisso com a sustentabilidade, destinando 59% de seu território à preservação ambiental. À vista disso, Suape firmou parceria com a Unesco no ano de 2016, visando fortalecer iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável do território (SUAPE, [s.d.]).

Frente a conjuntura evidenciada e a estreita conexão entre a questão portuária, ambiental e de comércio exterior, é imprescindível fomentar o debate acerca da questão ecológica, agora urgente, especialmente no que se refere a sensibilização da população. Tal mobilização é fundamental na busca por soluções integradas e sustentáveis para superar os desafios da manifestação de eventos climáticos cada vez mais frequentes e imprevisíveis. Destarte, ao considerar a significativa relevância do Complexo de Suape, sendo ele um dos principais portos da região norte-nordeste (SUAPE, [s.d.]), é primordial compreender o seu posicionamento no que diz respeito à elaboração e implementação de uma agenda direcionada ao desenvolvimento sustentável e a salvaguarda da população local que é acometida pela degradação ambiental.

Ao considerar a circunstância referida, de modo a analisar o acordo de cooperação técnica supracitado, o estudo foi orientado a partir da seguinte questão: quais foram os termos do acordo de cooperação técnica adotados na parceria entre Suape e a Unesco para a construção do “Pacto por Suape sustentável”?

Assim sendo, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os termos do acordo de cooperação técnica “Pacto por Suape Sustentável”, buscando compreender a conduta desempenhada pelos atores envolvidos na execução desta parceria, por meio de materiais produzidos pelas organizações diretamente envolvidas na implementação do pacto. Outrossim, o estudo foi realizado a partir de fontes primárias e secundárias, incluindo o levantamento de dados de órgãos públicos - Complexo Industrial Governador Eraldo Gueiros, ANTAQ, ABC, MEC - e da Unesco.

Para tanto, os objetivos específicos consistiram em (i) entender as demandas ambientais do Complexo Industrial Portuário de Suape, com foco na compreensão das estratégias adotadas no âmbito da sustentabilidade, a fim de contribuir para o debate acadêmico com maiores

informações sobre as temáticas supracitadas; (ii) compreender os termos da cooperação técnica na gestão sustentável do território de Suape; (iii) verificar a implementação do acordo para elencar os desafios encontrados na execução do projeto.

Dessa forma, o artigo tem sua base metodológica firmada na abordagem qualitativa, que segundo Córdova e Silveira (2009), é direcionada à investigação e à elucidação aprofundada do funcionamento das dinâmicas sociais. Nesse sentido, procura-se compreender com profundidade o “Pacto por Suape Sustentável”, considerando os termos do acordo de cooperação técnica entre Suape e Unesco e os resultados alcançados por essa parceria. A pesquisa foi classificada como básica e descritiva no que diz respeito à sua natureza e aos seus objetivos, por agregar novas informações ao debate da temática supracitada, além de apresentar maiores particularidades acerca deste instrumento formal de cooperação técnica.

Priorizou-se a análise documental do projeto “Pacto por Suape Sustentável”², disponibilizado pelo Porto por meio de correio eletrônico, prezando pela transparência da pesquisa e pela possibilidade de replicação (King, 1995). A investigação também utilizou procedimentos bibliográficos relacionados à literatura especializada, por meio de livros e de artigos acadêmicos que fundamentam o referencial teórico, envolvendo a temática ambiental, portuária e de comércio exterior. Esta pesquisa mobilizou as abordagens teórico-conceituais das áreas de Governança Ambiental Global, com as contribuições de Sarlet (2014) e Barros-Plataiu (2004). Para compreender a Cooperação Técnica, foram mobilizados os estudos de Ayllón (2007) e Milani (2014; 2017). Por fim, as concepções de Infraestrutura e Gestão Portuária tiveram o respaldo de Cruz; Leal; Pinho (2016).

Com o intuito de proporcionar uma orientação mais precisa à pesquisa, utiliza-se o procedimento do estudo de caso, que de acordo com Yin (2001, p. 32) refere-se a uma análise de natureza empírica voltada a compreensão de um evento real e sua conjuntura, sobretudo quando os limites entre ambos estão indefinidos. De modo a viabilizar uma análise aprofundada, dentre as estratégias do estudo de caso emprega-se o estudo descritivo que segundo Neto, Albuquerque e Silva (2024, p. 56) busca articular informações coletadas do fenômeno, destacando suas particularidades, semelhanças e diferenças, de modo a retratar o caso, aprofundando a compreensão de seu contexto e colaborando para a resolução da questão de pesquisa.

Portanto, para além do tópico introdutório e conclusivo, o presente estudo foi sistematicamente destrinchado em três seções. Em um primeiro momento foi realizada uma

² Disponível em: [Documentos referentes ao acordo "Pacto por Suape Sustentável"](#)

contextualização histórica do Complexo Industrial Portuário de Suape, salientando sua agenda ambiental e apresentando informações complementares pertinentes à análise. Posteriormente, contempla-se o conceito de governança ambiental global, retratando alguns dos importantes atores internacionais desse cenário, além disso, também será mencionada a cooperação técnica, trazendo enfoque para as parcerias firmadas em torno da questão ambiental. O último tópico refere-se ao “Pacto por Suape Sustentável”, de modo a investigar as circunstâncias e os mecanismos do acordo.

2 ATUAÇÃO PORTUÁRIA: UMA ANÁLISE SOBRE SUAPE

O modal aquaviário constitui um dos pilares do processo de logística internacional, destacando-se como uma das modalidades de transportes mais eficientes em razão de sua ampla capacidade de armazenamento, combinada a uma operação economicamente vantajosa (Silva, 2015). Tal relevância é evidenciada pelo fato de que quase 95% das trocas comerciais globais são efetuadas por meio de portos marítimos (Brasil, 2025), o que demonstra seu papel fundamental no comércio internacional. A logística, por sua vez, compreende o conjunto de atividades que organiza e controla o deslocamento e o armazenamento de produtos, serviços e informações, desde o ponto de saída até o ponto de chegada, visando atender com eficácia as demandas dos consumidores (Council of Supply Chain Management Professionals, 2013).

Dentro dessa estrutura, o transporte marítimo internacional e a cabotagem assumem papel central na dinâmica global, promovendo a integração entre mercados e impulsionando o desenvolvimento de variados territórios, por meio do intercâmbio comercial (Pereira, 2010, *apud* Oliveira; Madeira; Servare, 2024).

À vista disso, os portos são espaços estruturados para a recepção de embarcações, devendo oferecer condições adequadas para a movimentação de mercadorias e pessoas entre o ambiente aquático e o terrestre (D’Oliveira, 2011). Para tanto, tais estruturas são imprescindíveis para o desenvolvimento dos espaços em que se inserem, uma vez que promovem a captação de investimentos, geram demanda por mão-de-obra (Cunha, 2006) e contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico, ao viabilizarem o escoamento de uma ampla variedade de produtos (Silva, 2015).

Segundo Rodrigues e Santos (2019), o porto embora atualmente seja associado a estruturas modernas e equipadas para a circulação de pessoas e mercadorias, são historicamente designados como locais onde embarcações de diferentes origens atracam. Dessa maneira, observa-se que os portos passaram por sucessivas transformações, acompanhando as demandas

de cada época, sendo mister compreender o seu desenvolvimento histórico e papel contemporâneo frente à necessidade de maior proteção ambiental.

O mercantilismo, difundido pelo continente europeu entre os séculos XV e XVIII, contribuiu para um maior desenvolvimento do comércio marítimo, tanto no âmbito continental quanto transfronteiriço. Esse modelo de organização econômica favoreceu o progresso da burguesia, que aliada a monarquia passou a exercer maior controle sobre a economia, impulsionando a expansão ultramarina para ampliar seus negócios e multiplicar seus lucros (Silva *et al.*, 2015). Portanto, frente ao cenário da época os portos apresentam-se como elementos essenciais para a maior integração dos processos políticos e financeiros do cenário internacional (Cruz; Leal; Pinho, 2016).

À vista disso, a expansão marítima do período moderno foi caracterizada pela consolidação de diversas rotas oceânicas, o que resultou no aumento da capacidade dos navios e na ampliação do contingente de indivíduos envolvidos nas atividades ultramarinas, bem como no desenvolvimento do tráfego comercial. O fortalecimento da comunicação transfronteiriça marítima intensificou o fluxo econômico global, conferindo aos portos uma posição de destaque como centros estratégicos para a articulação do comércio, dos povos e da consolidação das relações interestatais da época (Cruz; Leal; Pinho, 2016, p. 19-20). Assim, todo esse processo histórico repleto de transformações estabeleceu condições necessárias para a eclosão da Revolução Industrial.

A Revolução Industrial também trouxe mudanças significativas aos sistemas portuários, exigindo adaptações operacionais para atender novas demandas geradas pela substituição das antigas embarcações a vela por navios de estrutura metálica e propulsão mecânica (Cruz; Leal; Pinho, 2016). Assim, o avanço foi impulsionado especialmente pela tecnologia dos navios a vapor, que se tornaram o principal vetor de transformação das atividades ultramarinas do século XVIII, integrando-se ao desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, sendo remodelados por ele (Fonseca, 2017, p. 16). A evolução dos transportes marítimos e terrestres também ampliou a capacidade portuária, permitindo a entrada e locomoção de maiores embarcações, o que reconfigurou a dinâmica espacial e logística dos portos (Bosa, 2013, p. 5-6 *apud* Fonseca, 2017).

Impulsionado também pelos avanços tecnológicos na navegação e no transporte de cargas, o século XX apresentou transformações aos portos. Dessa maneira, nas primeiras décadas desse período o comércio marítimo vivenciou a introdução dos contêineres no transporte de mercadorias, bem como a progressiva ampliação da capacidade dos navios petroleiros. Paralelamente, desenvolveu-se um processo de modernização logística, marcado

pelas primeiras experiências com conexões intermodais, integrando os modais rodoviário e ferroviário ao transporte marítimo. Tais avanços inauguraram uma nova era na dinâmica no comércio internacional, consolidando a integração entre diferentes sistemas de transportes e otimizando o fluxo global de mercadorias (Mamigonian, 2017).

Dessa maneira, as transformações para a modernização dos transportes marítimos não apenas acompanharam a Revolução Industrial, mas também foram essenciais para consolidar sua influência global (Fonseca, 2017, p. 52). Esse processo demandou a reestruturação dos portos em cidades industrializadas, inclusive no Brasil, onde os investimentos na melhoria da infraestrutura e construção desses espaços, visavam otimizar o processo de escoamento de mercadorias e maior integração comercial brasileira, otimizando sua eficiência produtiva (Monié; Vidal, 2006). À vista disso, cabe abordar de modo mais aprofundado a realidade portuária nacional.

2.1 Portos brasileiros

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, trouxe grandes transformações à política econômica colonial, principalmente a partir do decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, aprovado por D. João, Príncipe Regente da época (Diretoria de Portos e Costas, 2022). Esse marco histórico representou a inserção do território brasileiro nos fluxos comerciais globais e o conseqüente enfraquecimento dos laços de dependência com a metrópole portuguesa. Outrossim, também consolidou um processo que, anos mais tarde, culminaria na própria independência política do país (Cruz; Leal; Pinho, 2016).

A introdução de novas tecnologias, como a navegação a vapor, reduziu de maneira significativa o tempo das viagens transatlânticas e modernizou as operações portuárias. Neste contexto, os portos sofreram grandes modificações, após o ano de 1808, sendo o de Salvador o primeiro a introduzir tais mudanças, ao expandir sua zona de influência após o decreto (Cruz; Leal; Pinho, 2016). Já o porto do Rio de Janeiro, necessitou de renovações estruturais, a fim de abarcar a crescente circulação de navios e produtos (Fonseca, 2017). Assim, o século XIX representou um período de profundas transformações para os portos nacionais, principalmente após o decreto de 1808. A medida não apenas redefiniu as dinâmicas portuárias, mas também desencadeou mudanças políticas e econômicas que moldaram o futuro do território brasileiro.

Em razão da relevância adquirida pelos portos, foi necessária a criação de normas jurídicas que pudessem regular a atuação portuária. Ao longo dos séculos XIX e XX, a legislação evoluiu para modernizar as instalações portuárias, resultando na criação de leis que

viabilizaram a atuação da iniciativa privada, estados e municípios na exploração portuária. Durante esse período, a União concentrou o controle das atividades portuárias, monopolizando as operações nos chamados portos organizados - processo que viria a ser flexibilizado posteriormente (Associação de Terminais Portuários, 2023).

Nesse sentido, segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ([s.d.], [s.p.]), os portos organizados são bens públicos constituídos “por um canal de águas abrigadas e uma área delimitada pelo Governo Federal”, abrangendo instalações portuárias, bem como estruturas de proteção e de acesso ao porto. Essa definição evidencia o papel dos portos como infraestruturas públicas que, além da função logística, também dispõe de um potencial de atuação voltado para o desenvolvimento humano e territorial da região onde estão inseridos.

Para tanto, segundo Filho (2007), os anos de 1910 a 1934 foram marcados por um cenário portuário brasileiro deficitário e negligenciado, devido à valorização nacional ao modal ferroviário. Frente a uma infraestrutura incapaz de atender a expansão do comércio nacional, foram realizadas melhorias para este transporte através de mudanças na gestão e regulamentação portuária, embora ainda estivessem marcados por inúmeros desafios resultantes das transformações econômicas do período.

À vista disso, a terceira década do século XX inaugurou no Brasil uma nova etapa no qual os portos passaram a ser incorporados às suas políticas públicas, evidenciando uma nova preocupação do Estado no que diz respeito à modernização portuária. Nesse contexto, entre os anos de 1940 e 1960, a administração portuária passou por um processo de transição, sendo assumida por um modelo de gestão centralizado e sob o controle do Estado, em um período marcado por uma reconfiguração política e econômica nacional (Filho, 2007).

Na década de 1970, destaca-se a criação da empresa estatal Portos do Brasil S/A (PORTOBRAS), instituída com a finalidade de exercer a função de autoridade portuária nacional. A extinção da empresa em 1990 culminou na promulgação da Lei nº 8.630 de 1993 conhecida como Lei dos Portos, que trouxe mudanças e avanços para a regulamentação e a gestão dos portos, das suas instalações e de demais componentes da infraestrutura portuária (Associação de Terminais Portuários, 2023).

Na continuidade a esse processo de modernização, por meio da Lei nº 10.233 de 2001, foi criada a Agência de Transportes Aquaviários (ANTAQ), autarquia associada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), voltada à questão da navegação e da infraestrutura portuária (Brasil, 2020). Contudo, mesmo frente aos avanços alcançados, tornou-se evidente a

necessidade de atualização do marco regulatório portuário, como forma de atender às novas demandas logísticas, econômicas e operacionais do setor.

À vista disso, no ano de 2013, foram sancionadas a Lei nº 12.815 e o Decreto nº 8.033, os quais atribuíram à ANTAQ a responsabilidade pela regulação e pela fiscalização das operações portuárias nacionais (BNDES, [s.d.]). Para tanto, a Nova Lei dos Portos trouxe como principais avanços a reformulação dos contratos de arrendamento, além de estabelecer para os arrendatários maior qualidade de serviços e redução de tarifas. Outra mudança importante foi a redefinição de competências das instituições reguladoras, como alternativa para otimizar a governança portuária. Ademais, a legislação também trouxe a flexibilização de regras para o estabelecimento dos terminais de uso privativo (TUPs), definidos pelo BNDES ([s.d.], [s.p.]) como um “um porto totalmente privado, tanto a infraestrutura de proteção quanto às áreas contíguas”. Essa mudança facilitou a atuação de empresas e a atração de capital privado em sua infraestrutura (Farranha; Frezza; Barbosa, 2015). Assim sendo, a estrutura portuária brasileira compreende não apenas os portos organizados e terminais de uso privativo, mas também um conjunto de modalidades operacionais que contribuem para a dinâmica do setor.

Com localização geográfica privilegiada, o Brasil possui suas instalações portuárias classificadas, de acordo com a Receita Federal, em três categorias: marítima, com 178 instalações; fluvial, com 43 instalações; e lacustre, com 2 instalações (Brasil, 2023). Ao observar a amplitude e a diversidade da estrutura portuária nacional, fica claro a importância dos portos para o Brasil. Responsáveis por 95% do comércio internacional brasileiro (Brasil, 2024), são imprescindíveis para a dinâmica econômica brasileira. Nesse sentido, de acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, esse importante percentual reflete diretamente na internacionalização do país, no crescimento econômico, bem como na geração de emprego e de renda (Brasil, 2024). O setor aquaviário ainda salienta sua importância, ao registrar, em 2024, um crescimento de 1,18% em relação ao ano anterior, além de alcançar um recorde histórico ao transportar 1,32 bilhões de toneladas de cargas, de acordo com dados do Desempenho Aquaviário de 2024 da ANTAQ (Brasil, 2025). Tais dados evidenciam a relevância do modal portuário como fomentador do desenvolvimento e da integração do Brasil junto ao mercado internacional.

Para tanto, dentre as diversas infraestruturas que compõem o cenário portuário nacional, alguns portos destacam-se não apenas por sua localização estratégica, mas também por sua importância econômica e social. Dentre eles, o porto de Suape, em Pernambuco, exemplo de relevância nas regiões Norte e Nordeste, devido às suas características únicas frente aos demais

portos públicos nacionais (SUAPE, [s.d.]). Dessa maneira, sua trajetória e gestão cabem ser apresentadas.

2.2 Suape como eixo comercial e estratégico

O Complexo Industrial Portuário de Suape foi resultado de um longo processo de estudos, iniciados na década de 1960, que visavam a construção de um porto-indústria no estado de Pernambuco, inspirado em modelos internacionais consolidados como os de Marseille-Fos, localizado na França, e o de Kashima, no Japão. A escolha da área para o empreendimento foi determinada por características ambientais propícias, que ofereciam condições favoráveis à edificação de toda a infraestrutura (SUAPE, [s.d.]). Durante um período de quase 20 anos, foram conduzidas análises técnicas, econômicas e ambientais - como o Plano Diretor e o Estudo de Impacto Ambiental - que buscaram assegurar a concretização de todo o planejamento para a construção do porto (Koenig, 2002).

Foi diante de tais pesquisas que nasceu, em 1978, a empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, instituída a partir da Lei Estadual nº 7.763. A ela foi atribuída a incumbência de conduzir o processo de obras para a instalação do distrito industrial, além da gestão das atividades portuárias. Foi apenas em 1983 que o porto deu início definitivo às suas atividades, por meio do primeiro atracadouro, nomeado Píer de Granéis Líquidos (PGL-1), onde passou a escoar o álcool combustível (SUAPE, [s.d.]). Anos mais tarde, em 1992 o Estado de Pernambuco recebe anuência da União para administrar as atividades comerciais do porto (SUAPE, [s.d.]).

A primeira década dos anos 2000 trouxe maiores transformações para o território. Novos píeres foram construídos no Complexo Industrial Portuário de Suape e seu território foi expandido, além disso, também foi inaugurada a Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima, um importante empreendimento para a região. Os anos de 2010 apresentaram inovações para o porto, que inaugurou a Petroquímica Suape e novas empresas em seu complexo, ademais, houve a entrega do primeiro conjunto habitacional para os moradores locais, o Habitacional Vila Nova Tatuoca (SUAPE, [s.d.]).

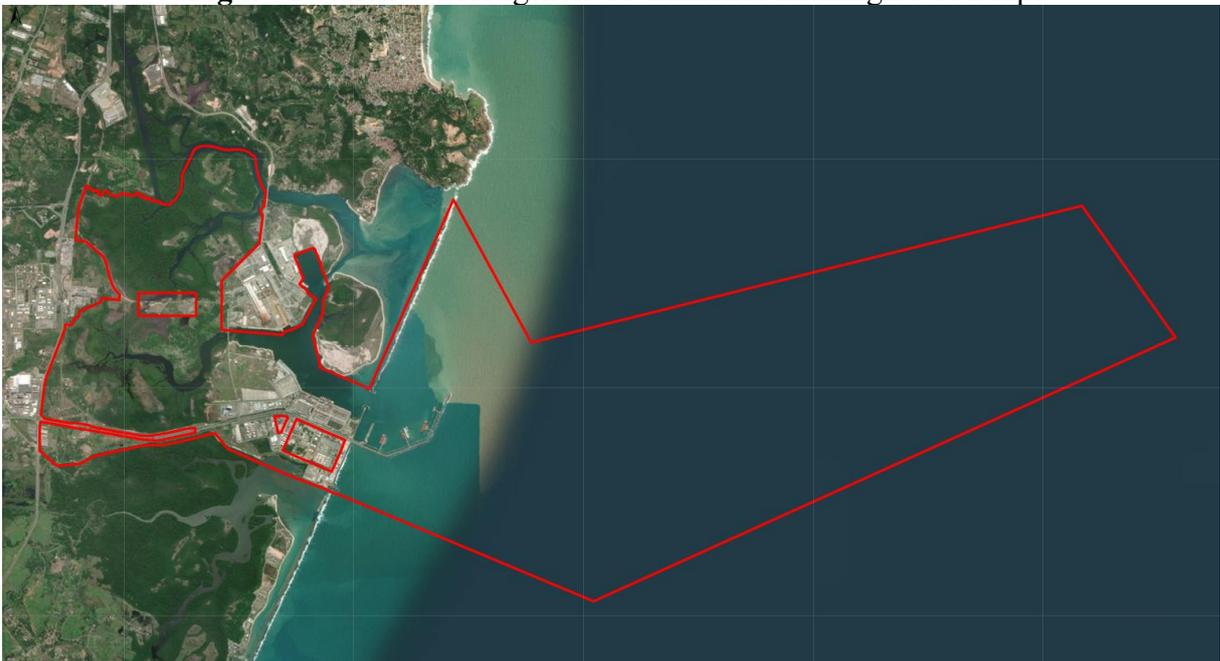
Na segunda década do século XXI, Suape atingiu o recorde entre os portos do Norte e Nordeste com o maior movimento de veículos e contêineres. Durante os anos de 2020 e 2021 o porto manteve sua liderança nacional no transporte de cabotagem, a movimentação de mercadorias que ocorre entre diferentes regiões do país por navegação costeira. Em 2022, o porto retomou sua autonomia, cabendo agora ao governo estadual a gestão das atividades

(SUAPE, [s.d.]). No ano de 2024 o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros alcançou o segundo lugar no ranking dos portos brasileiros que mais realizam cabotagem de contêineres, segundo dados do Desempenho Aquaviário de 2024, divulgado pela ANTAQ, reiterando a importância de Suape para essa modalidade estratégica dentro da logística internacional.

O porto de Suape está inserido em uma área estratégica que abrange as cidades do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - onde localiza-se sua infraestrutura principal - além dos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada (SUAPE, 2022).

Desse modo, a representação espacial apresentada pela imagem a seguir ilustra a amplitude do espaço de todo o Porto de Suape, evidenciando sua localização privilegiada, a integração territorial entre os municípios do entorno, assim como reforça a relevância econômica da região diante da abrangência do território.

Figura 1 - Área de abrangência do Território Estratégico de Suape



Fonte: SUAPE, 2022.

Situado a aproximadamente 40 quilômetros de Recife, capital pernambucana, o porto ocupa um território equivalente a 1,8% da extensão territorial do estado e responde por 22% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual (SUAPE, 2022), consolidando-se como um polo dinamizador da economia regional (Unesco; Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 2016). Suape também possui zonas arrendadas, mantendo atualmente 13 contratos

de arrendamentos com empresas privadas, fortalecendo o seu papel como *hub* logístico e industrial (SUAPE, 2020).

Figura 2 - Mapa de empresas



Fonte: SUAPE, [s.d.].

Dessa maneira, Suape concentra diversas empresas nacionais e internacionais instaladas em seu território, que abrangem uma ampla variedade de segmentos e abarcam os setores petroquímico, logístico, alimentício, energético, entre outros.

O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros possui papel estratégico no desenvolvimento econômico regional de acordo com uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), junto ao Observatório da Indústria do Senai/PE. Suape possui grande potencial de atração de investimentos, sendo aguardada a atração de cerca de US\$2,24 bilhões em novos empreendimentos e como resultado, a criação de aproximadamente 19 mil oportunidades de trabalhos, além de impulsionar em mais de 3% o PIB das cidades que abarcam o porto (SUAPE, 2024).

Para além dos impactos econômicos, Suape também se destaca por suas estratégias voltadas à salvaguarda ambiental. De acordo com o último Relatório de Sustentabilidade de Suape, realizado no ano de 2023, o porto possui uma Zona de Preservação Ecológica (ZPEC), que constitui uma área de 59% do território destinada à proteção do bioma da Mata Atlântica. O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), é um outro importante espaço de preservação, que reúne elementos ambientais e culturais, representando um atrativo turístico para a região. No ano de 2022 foi implementado o Conselho Gestor Paritário por meio da Lei nº 17.772, sendo responsável por coordenar ações voltadas à salvaguarda do PMAHC (SUAPE, 2023).

Outrossim, o documento também retrata o compromisso de Suape para com as comunidades locais, mediante a realização de programas de desenvolvimento e levantamento socioeconômico da população nativa (SUAPE, 2023). Ao reforçar o seu empenho para a preservação ambiental, Suape conquistou a terceira posição no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da ANTAQ em 2023, levantamento que avalia a eficácia e os padrões da gestão ambiental nos portos brasileiros.

Contudo, mesmo frente às medidas ambientais adotadas, Suape dispõe de uma biota aquática e terrestre diversa, cuja proteção ainda se mostra precária diante das pressões ambientais existentes. O porto, segundo a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), acumula diversas multas que chegam a ultrapassar os R\$9 milhões, evidenciando a negligência do complexo com a salvaguarda do meio natural em seu entorno. Empresas pertencentes a Suape são responsáveis por diversas violações, resultantes do descarte inadequado de resíduos industriais, que acarretaram a contaminação dos cursos hídricos e áreas de manguezal (Marco Zero, 2019). Essa atividade impacta diretamente a biota local e as comunidades que dependem desse ecossistema para sua subsistência. A pesca comercial também agrava a problemática, que acentua a ameaça de extinção das espécies nativas, já acometidas pela poluição de seus habitats.

Alves e Santos (2016) reafirmam esta problemática ecossistêmica, ao apontar que o crescimento do complexo impactou a vida da comunidade local, além do meio natural que vivenciou diversas transformações ao longo do tempo. Desse modo, os moradores do entorno enfrentam processos de desapropriação territorial, sendo retirados de suas casas muitas vezes sem uma reparação apropriada. Outrossim, o acelerado crescimento urbano, junto ao elevado preço das moradias locais levou a criação de assentamentos irregulares, contribuindo para a precariedade habitacional da região (Medeiros; Godoy, 2015).

Ademais, tanto a comunidade quanto a biota local são expostas a níveis significativos de poluição atmosférica e sonora, diretamente ligados às atividades industriais desempenhadas pelo complexo (Alves; Santos, 2016), além das consequências provocadas por processos de dragagem - resultado de demandas provenientes do crescimento portuário - que também afetam estes grupos (Medeiros; Godoy, 2015). Portanto, essas ocorrências não resultam apenas na violação da qualidade de vida das populações afetadas, como também fragilizam a proteção ambiental comprometendo a integridade da região.

Para além destes impactos, o empreendimento de modo geral, traz outros malefícios, sendo a poluição gerada por resíduos provenientes das embarcações um dos principais. Em casos extremos, navios podem liberar substâncias tóxicas, cujo derramamento causa danos

profundos e por vezes irreversíveis, a biota aquática. Tais desastres afetam ecossistemas marinhos e áreas costeiras, que podem levar décadas para sua completa reparação (Domingues; Coelho; Silva, 2021). À vista disso, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) considera as atividades portuárias como potencialmente causadoras de dano ambiental, para tanto, os portos necessitam de entidades fiscalizadoras que possam garantir a efetividade de seus compromissos com a sustentabilidade da região em que está inserido (ANTAQ, 2011). Para tanto, é diante deste cenário que emerge a governança ambiental global, como ferramenta para a promoção conjunta de práticas sustentáveis para a salvaguarda ambiental.

3 ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS E COLABORATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE

A governança tornou-se uma ferramenta essencial para produzir resultados eficazes diante de problemas e desafios globais, promovendo o consenso e a persuasão nas relações e nas ações. Sua construção envolve o estabelecimento e a operação de regras, geralmente em arranjos institucionais, que orientam e facilitam as interações entre diferentes atores (Gonçalves, 2017).

O termo governança manifestou-se inicialmente no âmbito corporativo e ganhou destaque em meados da década de 1980, ao aparecer como resposta à crescente demanda por uma maior responsabilidade, integridade e transparência na gestão empresarial. Neste período, instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial adotaram a expressão boa governança ao retratar os preceitos que norteavam a conduta de nações assistidas economicamente. A governança referia-se à responsabilidade governamental em assegurar o cumprimento de leis que garantiam o exercício do livre mercado, preservando a estabilidade dos investimentos e o desenvolvimento econômico (Gonçalves, 2017, p. 40).

Estes arranjos são fruto da abordagem do neoliberalismo e objetivam de maneira fundamental, fomentar a cooperação. Pertencentes a um Sistema Internacional anárquico, buscam através de sua atuação mitigar a desconfiança em torno do comportamento de seus atores, favorecendo a interação entre essas entidades (Gonçalves, 2017).

Em 1992, o Banco Mundial publicou o livreto *Governance and Development*, enfatizando que “os esforços para desenvolver a produção privatizada e encorajar o crescimento liderado pelo mercado podem não ter sucesso, a menos que os investidores enfrentem regras e instituições rígidas que reduzam a incerteza sobre a futura ação governamental” (Banco Mundial, 1992, p. 1, tradução livre). Dessa maneira, a conotação originariamente econômica

que o termo governança possuía nos primeiros anos de seu advento passou a ser reinterpretada a partir da atuação estratégica do Estado no contexto do desenvolvimento (Gonçalves, 2017).

Dessa forma, o livreto em questão introduz algumas concepções sobre o conceito de governança, que pode ser entendido como “exercício de autoridade, controle, gestão, poder de governo” (Banco Mundial, 1922, p. 3, tradução livre), ou seja, “a maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país para o desenvolvimento” (Banco Mundial, 1992, p. 1, tradução da autora). Nesse sentido, a publicação também apresenta a governança pública, no sentido da responsabilidade no manejo do patrimônio comum.

À vista disso, Barros-Platiau, Varella, Schleicher (2004, p. 114) dissertam que, “qualquer definição de governança passará pela ideia de democratização e legitimidade ou de comunicação aberta e reflexividade coletiva”. Assim, a governança tende a envolver múltiplos agentes, não estando necessariamente restrita a um ator específico. O desenvolvimento de um país deve ser alcançado por meio de um processo aberto, em que diversos sujeitos e suas expectativas são considerados. Para tanto, é mister retratar a diversidade de agentes que desempenham papéis interdependentes, porém complementares, neste cenário.

Assim sendo, Souza (2024, p. 89) elabora um quadro explicativo, que identifica os principais atores inseridos no escopo da governança ambiental global e destaca suas atribuições nesse âmbito. Os governos nacionais exercem papel estratégico, sendo responsáveis pela formulação de políticas públicas ambientais, pela atuação na negociação de tratados multilaterais e pela execução dos compromissos firmados no plano internacional. Outrossim, os organismos internacionais governamentais e intergovernamentais promovem uma maior articulação entre as nações, bem como conduzem estudos e fornecem dados que subsidiam a tomada de decisão.

O setor privado, por sua vez, atua através da incorporação de práticas sustentáveis e da atuação em iniciativas socioambientais, além de viabilizar o avanço tecnológico voltado à promoção da sustentabilidade. Ademais, as comunidades locais são atores imprescindíveis neste contexto devido a relação direta que mantêm com os territórios que habitam e desempenham papel relevante na conservação desses espaços por meio de práticas sustentáveis adaptadas às especificidades e dinâmicas locais. Por fim, a opinião pública desempenha função crítica ao incitar mudanças políticas e institucionais mediante a disseminação de informações que ampliam a conscientização ambiental (Souza, 2024, p. 84).

Sob esta ótica, Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004) expandem o entendimento sobre governança ao defini-la como um sistema de ordenação que integra aspectos normativos e intersubjetivos, fundamentando-se em constituições e estatutos estabelecidos. No contexto

internacional, este mecanismo desprende-se de um cenário tradicional, centralizado na figura do Estado e concretiza a sua atuação por meio da convergência de inúmeros participantes sendo esses estatais e não estatais. Os autores também ressaltam a interdependência entre governança e ordem, evidenciando que a primeira não apenas estrutura a segunda, como também é condicionada por ela. Assim, este mecanismo dinâmico regula e estabiliza interações políticas, econômicas e sociais em diferentes níveis.

Em paralelo às questões acerca da governança global, o ambientalismo começou a ganhar visibilidade entre a comunidade internacional. A temática ambiental passou a integrar agendas políticas globais promovendo a criação de organismos e acordos que visavam a mitigação dos impactos ecológicos causados pelo desenvolvimento econômico mundial. Encontros internacionais, como a Eco-92 e as Conferências das Partes (COPs) reforçaram a necessidade de repensar o crescimento mundial como resposta aos desafios socioambientais globais (Bassani; Carpigiani, 2010). Tal processo contribuiu para a construção de uma governança ambiental global, pautada na cooperação multilateral e no compromisso coletivo com o futuro do planeta. Assim, fica claro que sua efetividade necessita de instituições que coordenam e guiam os interesses dos participantes e suas respectivas condutas nas áreas acordadas.

A governança global articula-se por meio de conexões entre os âmbitos local e global, revelando um modelo de gestão participativa e descentralizada. Nesse cenário, cabe ressaltar a governança policêntrica proposta por Souza (2024, p. 83), concebida como um sistema em que diversos agentes colaboram de forma alinhada na execução de políticas públicas. Dessa maneira, o poder é compartilhado entre os atores que agem conforme suas competências e demandas.

No contexto da governança ambiental, essa dinâmica é sintetizada por Souza (2024, p. 82) que aborda princípios fundamentais para sua efetivação. Para o contexto deste estudo cabe destacar alguns desses. O princípio da subsidiariedade estabelece que as medidas voltadas às políticas ambientais devem ser adotadas na instância mais próxima da população, visando otimizar sua eficiência.

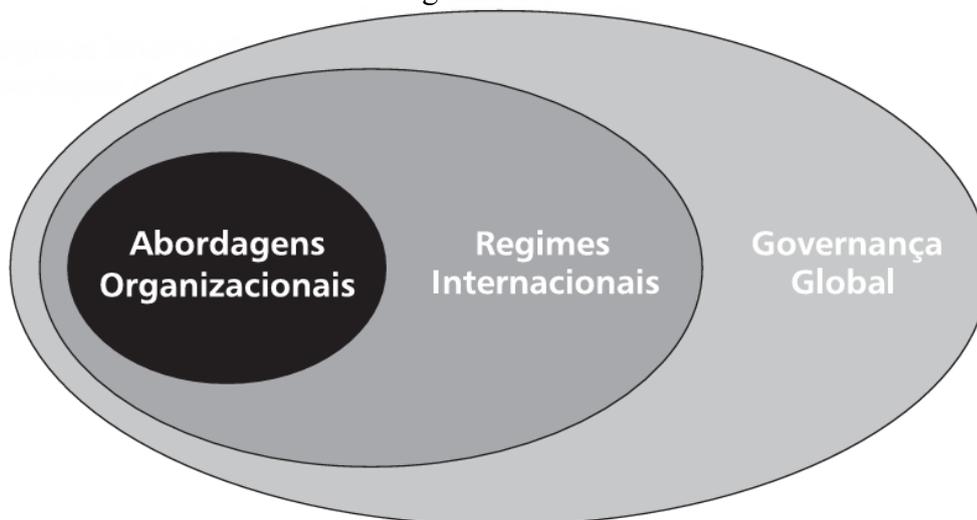
Já a descentralização diz respeito à delegação de competência para governos locais, permitindo uma maior autonomia na gestão ambiental e na adaptação à situação territorial. No âmbito global, os acordos internacionais desempenham um papel essencial ao orientar a definição de metas para as políticas nacionais e locais (Souza 2024, p. 82).

Cabe salientar também, o princípio da transparência e informação, que viabiliza o monitoramento das políticas e assegura que a população acompanhe essas questões. Além disso,

a transferência de conhecimento e a capacitação são estratégias cruciais para propiciar a atores locais maior preparo para a participação na tomada de decisão. Assim, estes princípios consolidam uma gestão mais inclusiva, capaz de articular os interesses locais e globais, fortalecendo a eficácia das respostas às questões da governança ambiental global (Souza, 2024, p 82).

Neste contexto de articulação entre os diferentes níveis e atores da governança, torna-se pertinente aprofundar a compreensão sobre os mecanismos institucionais que orientam esta dinâmica.

Figura 3 - Relação entre governança global, regimes internacionais e abordagens organizacionais



Fonte: Barros-Platiau; Varella; Schleicher, 2004, p. 107.

À vista disso, é fundamental mencionar um valioso conceito para os estudos de Relações Internacionais, que define os arranjos institucionais supracitados. Para Stephen D. Krasner (2012, p. 93) “os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores”. Por meio de seus instrumentos formais e informais, os regimes regulam as ações entre os diversos atores - Estados, organizações não governamentais, entre outros - além de promover uma maior estabilidade dentro do sistema internacional. Assim como apresentado na figura acima, diferente da governança global, as atividades dos regimes têm um menor alcance, sendo sua atuação voltada a questões mais particulares. Estes arranjos possuem maior harmonia em seus mecanismos, favorecendo uma interação mais efetiva entre os atores no cumprimento das normas estabelecidas (Krasner, 2012).

Conforme o regime torna-se mais complexo ou há a necessidade de uma maior coordenação em torno da área tratada, os atores podem optar por sua formalização mediante abordagens organizacionais. Neste sentido, nascem as Organizações Internacionais (OIs), criadas por meio de acordos, com a função de orientar as ações dos Estados-parte, utilizando, quando necessário, instrumentos coercitivos. Destarte, estas entidades possuem papel fundamental na redução das assimetrias de poder, fornecem espaço institucionalizado para a resolução de conflitos e delineiam estratégias de enfrentamento para os desafios sobre a temática em torno das quais foram elaboradas. Outrossim, são sujeitos do direito internacional, porque contraem direitos e obrigações no plano em que estão estabelecidas, além de possuírem notável relevância na formação de um sistema internacional mais harmonioso (Herz; Hoffman, 2004).

Segundo Kjaer (2010, p. 10), “uma definição institucional ampla refere-se assim à governança como o estabelecimento de regras, a aplicação de regras e o cumprimento dessas regras”. Em vista disso, emergem os regimes internacionais como meios de ordenamento, designados a abarcar e tutelar os inúmeros desafios transnacionais.

Neste sentido, de acordo com Herz e Hoffman (2004, p. 11) “regimes são arranjos que os Estados constroem para reger as relações entre os mesmos em uma área específica [...]”. Para tanto, estes ordenamentos nascem a partir da busca por garantir maior previsibilidade e ordem ao comportamento interestatal. Desse modo, ao promover o entendimento mútuo entre atores interestatais, os regimes contribuem para a busca por processos de cooperação, ao oferecer mecanismos que reduzem incertezas nas relações entre os agentes supracitados - como demonstra o caso do Brasil, cuja Agência Brasileiras de Cooperação (ABC) atua como principal instrumento nacional de articulação em iniciativas de cooperação.

A Organização das Nações Unidas (ONU), foi estabelecida no ano de 1945, após a Segunda Guerra Mundial. Embora tenha sido inicialmente concebida para tratar de questões de segurança, a comunidade internacional passou a lidar com novos desafios, como as questões ambientais, que começaram a demandar maior atenção por parte dos Estados em seu enfrentamento. Neste contexto, na década de 1970 ocorreu a Conferência de Estocolmo, o primeiro evento mundial a reunir diversos países e organizações com o objetivo de incluir a questão ambiental nos compromissos internacionais (Lorenzetti; Carrion, 2012).

É perante a gestão ambiental compartilhada que se manifesta a governança ambiental global, tratando-se de um conceito amplo. Sua definição, ainda que imprecisa, favorece a compreensão acerca do novo modelo de ordenamento, direcionado ao meio ambiente (Barros-Plataiu; Varella; Schleicher, 2004).

3.1 Governança Ambiental Global: a gestão compartilhada do meio ambiente

Tendo em vista a diversidade de atores e os múltiplos níveis em que a governança opera, observa-se que a sua gestão se estrutura por meio de uma administração conjunta e harmoniosa entre os diferentes envolvidos. Para tanto, esta perspectiva torna-se ainda mais evidente no contexto das questões ambientais, cujos efeitos transcendem fronteiras territoriais e afetam a coletividade de maneira abrangente (Souza, 2024).

Desse modo, mesmo considerando os efeitos antropogênicos dos impactos ambientais, os custos diretos decorrentes de uma degradação específica são, muitas vezes, impostos a indivíduos ou comunidades que não são os agentes poluentes imediatos, ou seja, em um desastre ou exploração desenfreada de uma região ou de um recurso, não contribuiriam efetivamente para sua ocorrência. Neste sentido, Souza (2024, p. 46) aborda o conceito de externalidade negativa como: “são um conceito oriundo da Economia e se refere aos custos ou danos sofridos por terceiros, não diretamente envolvidos em uma transação econômica específica”.

Trata-se, portanto, de uma distribuição assimétrica dos ônus ambientais, em que os efeitos adversos são socializados, enquanto as riquezas e os lucros advindas da exploração dos recursos naturais tendem a ficar concentradas em determinados setores ou grupos sociais, responsáveis pelo dano ambiental em questão. Assim, é evidente a necessidade de uma gestão ambiental integrada, fundamentada na responsabilidade coletiva, principalmente no comprometimento dos agentes poluidores, a fim de garantir uma justiça ambiental efetiva.

O século XX foi profundamente marcado por transformações ambientais decorrentes das duas grandes guerras mundiais e conflitos civis. Nesse contexto, o uso de agentes químicos como armamento militar, especialmente durante os combates da Primeira Guerra, gerou efeitos ecológicos significativos. Apesar de terem caído em desuso após o fim do segundo conflito, os efeitos desses agentes foram intensificados pelos avanços científicos da época. Com o fim da guerra, o descarte inadequado dessas substâncias resultou em danos ambientais persistentes, como no caso do Mar Báltico, cujas consequências se fazem presentes até os dias atuais (Silva *et al.*, 2012).

Foi buscando mitigar os efeitos desta conjuntura e de tantas outras problemáticas ecológicas já enfrentadas, que o movimento ambientalista se consolidou, de modo mais preciso, entre as décadas de 1960 e 1970. Este período também foi marcado por uma forte preocupação comunitária em torno do comprometimento das futuras gerações, ameaçadas pelo intenso desgaste do meio natural (Souza, 2024).

A degradação acelerada dos ecossistemas, acentuada pelo uso de substâncias tóxicas durante períodos de guerra e pela poluição industrial, impulsionou o movimento ambientalista. Esse contexto deu visibilidade à obra *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, publicada em 1962, na qual a autora denuncia os impactos de pesticidas no meio ambiente e na saúde humana. À vista disso, pontua Carson (1969, 18-19): “como poderiam seres inteligentes procurar controlar algumas poucas espécies não desejadas, por meio de um método que pode contaminar todo o meio ambiente e, que corporifica ameaça de enfermidades e de morte até mesmo para sua própria espécie?”. Diante dos profundos efeitos experienciados pelo meio ambiente ao longo do tempo, finalmente observados pela humanidade, a questão ambiental tornou-se amplamente popularizada e politizada. Esse despertar levou a sociedade civil a reivindicar políticas ambientais e a promover ações para a proteção dos ecossistemas (Sarlet; Fensterseifer, 2014).

Em 1968, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) liderou uma das primeiras reuniões internacionais sobre o meio ambiente: a Conferência sobre a Biosfera. Este evento resultou na criação do Programa Homem e a Biosfera (MaB), em 1971, que introduziu o conceito de Reservas da Biosfera. Além disso, estabeleceu esses espaços como ferramentas que fomentam a conservação ecossistêmica e o desenvolvimento sustentável, reforçando o compromisso com uma abordagem integrada entre a proteção ambiental e o bem-estar humano. Esse conceito foi essencial para os debates que ocorreriam na Conferência de Estocolmo, realizada no ano seguinte (Rede Brasileira de Reservas da Biosfera, 2021). O MaB é um programa de cooperação científica, com a finalidade de compreender a relação entre o ser humano e a natureza e os efeitos deste vínculo, promovendo pesquisas científicas sobre os impactos ambientais (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2020).

Os anos de 1970 foram cruciais para a implementação pioneira de normas legislativas ambientais nos Estados Unidos, cujas influências repercutiram no âmbito internacional e nas legislações de outros países que já buscavam promover a causa ecológica. Nesse contexto, as entidades criadas no decênio anterior foram fortalecidas, passando a desempenhar um papel significativo nos fóruns internacionais estabelecidos naquela época (Sarlet; Fensterseifer, 2014). A década também foi marcada pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, a qual desempenhou papel central na conscientização e institucionalização das questões ecológicas a nível global. A Conferência de Estocolmo elevou o meio ambiente a condição de pauta de importância consolidada entre os Estados, estimulando a elaboração de políticas ecológicas de alcance internacional (Steil; Toniol, 2013).

Para além do período referido, a década de 1980 também foi de grande importância para o movimento em pauta. O Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, foi produzido em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembleia Geral da ONU. Seu conteúdo aborda, de forma geral, a incongruência entre o desenvolvimento econômico e a salvaguarda ambiental, propondo recomendações e metas, com o objetivo de mitigar os prejuízos ambientais. Destarte, cabe ressaltar que uma de suas principais contribuições foi propor a definição do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como sendo “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

A ONU conta com diversos, fundos, programas e agências especializadas que atuam em diversas áreas para enfrentar desafios globais e dar suporte aos países membros na busca por soluções. Dentre estas entidades, é relevante considerar a Unesco, ao qual este artigo trata. Também instituída no ano de 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura busca garantir a paz e a segurança, incentivando a colaboração internacional no desenvolvimento da educação, no avanço científico e na valorização da cultura (Unesco, 2002). Sediada em Paris, a entidade possui mais de 50 escritórios espalhados por todo o mundo, sendo a maioria deles localizados em países não ocidentais (Souza, 2014) como forma de melhor atender as demandas do Sul Global. Outrossim, dados apurados entre 2024 e 2025, com base nas contribuições ao orçamento regular e nas doações voluntárias, revelam que o financiamento da Unesco é baseado de modo majoritário nas contribuições de países desenvolvidos, com exceção da China que ocupa a segunda posição no ranking dos maiores contribuintes (Unesco, 2024). Embora as temáticas supracitadas sejam o cerne desta agência, ela expandiu seu escopo abarcando novas questões em sua agenda.

A Unesco tem desempenhado papel fundamental na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando seu compromisso com esse propósito por meio da elaboração do Plano Estratégico da Década Internacional das Ciências para o Desenvolvimento Sustentável (2024–2033) (Unesco, 2024). Os ODS, por sua vez, compõem uma agenda global estabelecida pela ONU em 2015 e abarcam 17 metas interconectadas. Para tanto, abrangem questões centrais como a redução das desigualdades, enfrentamento das mudanças climáticas, democratização do acesso à informação e a educação, bem como a promoção da qualidade de vida a nível global (Organização das Nações Unidas, 2024).

À vista disso, o funcionamento das organizações exige a adoção de métodos para coordená-las, compreendê-las e orientá-las, fundamentados em estratégias que promovam

eficiência e adaptação às possíveis mudanças. É nesse sentido, que se destacam as abordagens organizacionais, como conjuntos de teorias, que analisam a interação das instituições e sua finalidade, considerando seus procedimentos internos e relações de poder. Conforme Claude Jr., a discussão inicial destas abordagens trouxe consigo, a ideia de ordem mundial, enfatizando a necessidade de um sistema organizado de interação entre as instituições (Barros-Platiau, 2004). Dessa forma, fica claro a influência mútua entre as instituições e o meio internacional, destacando a importância de estratégias que conciliam os interesses, garantindo a manutenção destas organizações.

Análogo a isto, o Brasil passa a ocupar posição de destaque ao sediar eventos centrais no enfrentamento da crise ecológica, refletindo consequências nos setores políticos, sociais e econômicos do país. Os anos de 1990 ficaram marcados pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou Rio-92, que resultou em importantes instrumentos como a Agenda 21, a Declaração do Rio, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), resoluções fundamentais para o enfrentamento das questões ecossistêmicas. Além disso, o evento contribuiu para consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável, traduzindo-o em ações práticas e promovendo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (Souza, 2024, p. 59-65).

Em 2002, marcando os 10 anos da Rio-92, foi realizada a Rio +10, oficialmente conhecida como Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDS), buscando analisar os resultados conquistados pela CNUMAD e reforçar os compromissos anteriormente firmados com os ODM. Em 2012, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) ou Rio +20, para debater os desafios persistentes em torno do desenvolvimento sustentável, resultando na criação de instrumentos como “O Futuro que Queremos” e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Souza, 2024). Destarte, o Brasil receberá a COP - 30 ao final do ano de 2025 para debater propostas de mitigação dos efeitos climáticos e reiterar os compromissos já assumidos nas conferências anteriores (Brasil, 2024).

Contudo, apesar do protagonismo internacional assumido pelo Brasil ao sediar conferências ambientais, suas políticas nacionais revelam contradições em relação ao compromisso com a sustentabilidade. As décadas iniciais aos anos 2000 apresentaram avanços significativos como o declínio do desmatamento amazônico, a expansão de unidades de conservação, o incentivo a energias renováveis e a redução da emissão de gases de efeito estufa, através das metas estabelecidas pela UNFCCC. Entretanto, os governos de Dilma Rousseff,

Michel Temer e Jair Bolsonaro demonstraram afastamento a esse cenário, diante da negligência com a salvaguarda ambiental em prol do progresso econômico (Souza, 2024, p. 141-142).

Frente a um contexto de oscilação nas condutas das políticas ambientais domésticas, torna-se relevante a concreta atuação em âmbito internacional de modo a atenuar fragilidades internas. Portanto, emerge a cooperação, como essencial no ordenamento estratégico para o enfrentamento conjunto dos inúmeros desafios globais, contribuindo para o fortalecimento das relações no Sistema Internacional. Entre as múltiplas formas de assistência, cabe ressaltar a cooperação técnica, que assume uma posição central para a análise em questão.

3.2 Cooperação internacional

A cooperação internacional (CI) consiste em “qualquer relação entre atores internacionais orientada para a satisfação mútua de interesses ou exigências, através da utilização complementar dos seus respectivos poderes no desenvolvimento de ações coordenadas e/ou de apoio” (Calduch, 1991, p. 88 *apud* Ayllón, 2007, tradução da autora). Essa articulação ganhou maior relevância no período pós Segunda Guerra Mundial, onde os Estados e instituições promoviam ações conjuntas em torno de áreas como segurança, meio ambiente e economia (Sato, 2010).

Também ao final da Segunda Guerra, o colonialismo sofreu declínio, resultando na independência de novos países que necessitavam de assistência externa para o seu progresso. Nesse sentido, a CI passou a ser um instrumento de apoio a estes Estados na mitigação de desigualdades históricas, fortalecimento econômico e institucional. Assim nasceu a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) definida por Albuquerque (1992, p.144) como “o conjunto de atividades realizadas por países desenvolvidos que, envolvendo a transferência de recursos em condições favoráveis aos países subdesenvolvidos, visa principalmente ajudá-los a superar suas dificuldades estruturais” (Ayllón, 2007). À vista disso, a CID se destrincha em variados mecanismos, sendo a cooperação técnica internacional (CTI) o principal do estudo em questão.

A assistência técnica internacional, como foi inicialmente chamada a partir da Resolução 200 de 1948 da ONU, origina-se no contexto pós Segunda Guerra Mundial, em um cenário internacional marcado pela demanda do auxílio intergovernamental para a reestruturação da Europa. Anos mais tarde, frente a queda do colonialismo e a ascensão da pauta desenvolvimentista na agenda internacional, despertou-se a atenção à importância de práticas para o incentivo ao progresso das nações subdesenvolvidas. Para tanto, a Resolução 1.383 de

1959 foi responsável por substituir o termo assistência por cooperação, trazendo maior adequação à nomenclatura deste mecanismo (Mazzaroppi, 2016). Esta cooperação trouxe iniciativas voltadas a atender as demandas econômicas e sociais dos países subdesenvolvidos, dispondo da contribuição das grandes potências, por meio da formação de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), desenvolvidos após a Conferência de Bretton Woods, em 1944 (Rodvalho, 2009).

Sobre a CTI, pode-se afirmar que:

A cooperação técnica internacional compreende projetos e programas intergovernamentais (bilaterais ou multilaterais) com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento dos países parceiros, por meio da troca de conhecimentos e experiências de sucesso, além de outras atividades de treinamento e capacitação (Lopes, 2011, p. 6).

Desse modo, a CTI envolve a transferência de *know-how* e a capacitação entre os atores envolvidos, de modo a promover o desenvolvimento mútuo. Para que todo este procedimento ocorra de forma estruturada, utilizam-se instrumentos formais, como os Acordos Básicos de Cooperação Técnica, ou seja, parcerias internacionais firmadas entre os agentes, que estabelecem bases legais e operacionais para a efetivação da parceria (Brasil, 2020).

No que diz respeito ao âmbito doméstico, o Brasil passou a receber a CTI em meados da década de 1960, com o propósito de aprimorar suas capacidades por meio do aproveitamento das experiências de Estados desenvolvidos, visando à sua modernização interna (Mazzaroppi, 2016). Paralelamente, a nação passou a fortalecer-se como ator relevante na oferta de cooperação técnica, consolidando um forte mecanismo de sua política externa, por meio do auxílio no desenvolvimento de demais países periféricos (Lopes, 2011).

Desse modo, como forma de melhor conduzir os processos de cooperação em que o Brasil estivesse envolvido, foi inaugurada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (Lopes, 2011). Criada em 1987 a partir do Decreto nº 94.073 como parte da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), a agência é vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Suas principais atribuições estão voltadas à coordenação das partes para a atuação no processo de cooperação técnica, além de elaborar, ratificar e acompanhar essas demandas e auxiliar órgãos do Poder Executivo envolvidos no âmbito da cooperação (Milani, 2017).

Ainda no que se refere a CTI, é mister abordar suas modalidades. Neste sentido, segundo Mazzaropi (2016, p. 5) “a cooperação técnica internacional trabalha sobre três vertentes principais, quais sejam: a cooperação tradicional recebida de países desenvolvidos, a recebida de organismos internacionais e a cooperação horizontal, também chamada Sul-Sul”. A cooperação Norte-Sul, segundo Milani (2014), representa o auxílio financeiro, técnico,

institucional, entre outros, oferecidos por países desenvolvidos e organizações internacionais a nações em desenvolvimento. Outrossim, a assistência recebida do exterior pode classificar-se como bilateral e multilateral e visa impulsionar avanços nos processos do desenvolvimento nacional. Para tanto, a cooperação horizontal consiste no intercâmbio de conhecimentos entre países subdesenvolvidos que compartilham contextos socioeconômicos semelhantes (Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2018).

Uma outra modalidade de CTI é a cooperação descentralizada (Brasil, 2022), a qual se alinha o “Pacto por Suape Sustentável”. Esse modelo ganhou maior relevância com o fim da Guerra Fria, alcançando maior abrangência nos anos de 1980. Frente ao maior envolvimento dos governos locais, tal categoria segue em expansão, conquistando também, maior reconhecimento entre os modelos de cooperação. Nesse novo contexto, entidades subnacionais como estados federados, províncias, municípios e demais instituições da sociedade civil passam a atuar com maior autonomia, consolidando-se como atores no processo de cooperação (Socas; Hourcade, 2009).

Desse modo, segundo a Comissão Europeia, a cooperação descentralizada é entendida como:

[...] uma nova abordagem nas relações de cooperação que visa estabelecer relações diretas com as entidades representativas locais e estimular as suas próprias capacidades de projeção e levar a cabo iniciativas de desenvolvimento com a participação directa dos grupos populacionais interessados, tendo em consideração a sua interesses e opiniões sobre o desenvolvimento (Comissão Europeia, 1992, [s.p.] *apud* Socas; Hourcade, 2009).

Para tanto, a modalidade em questão reflete no compartilhamento de práticas e conhecimentos entre as entidades subnacionais, com foco no desenvolvimento local, fortalecendo capacidades institucionais e promovendo soluções mais adequadas às demandas de cada localidade (Socas; Hourcade, 2009). À vista disso, a parceria realizada entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a Unesco exemplifica um processo de Cooperação Descentralizada. Neste sentido, SUAPE enquanto empresa pública pertencente ao Governo do Estado de Pernambuco (Governo de Pernambuco, [s.d.]), configura-se como agente promotor do desenvolvimento da região, com vistas à sustentabilidade socioambiental do território. Por sua vez, a Unesco - como organismo multilateral e agência especializada da ONU - atua como parceira técnica, proporcionando expertise e capacidade institucional para fortalecer tais objetivos.

Para tanto, compreende-se que a CTI se estrutura a partir de diferentes modalidades e atores, refletindo a complexidade das dinâmicas globais de desenvolvimento. É nesse contexto

que se inserem as transformações ocorridas no SI durante a década de 1990, as quais impactaram significativamente o funcionamento e as prioridades das OIs, especialmente da ONU e de suas agências. Desse modo, houve, conforme Herz e Hoffmann (2004, p. 30) “[...] um ressurgimento das atividades das agências funcionais com a criação de novas agências e maior ênfase em temas como: meio ambiente, assistência humanitária, combate as atividades criminais e epidemias, além da proteção aos direitos humanos”. Assim, tais temáticas, em particular, a ambiental, passaram a fazer parte da agenda internacional de maneira definitiva, compondo matérias historicamente tradicionais (Mazzaroppi, 2016).

É nesse contexto que diversos projetos de cooperação sobre o meio ecossistêmico foram firmados. Dentre estes, a parceria internacional abordada neste estudo, criada a partir da busca por revitalizar o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, com vistas a transformá-lo em um geoparque internacional reconhecido pela Unesco (SUAPE, 2022).

4 O “PACTO POR SUAPE SUSTENTÁVEL”

O “Pacto por Suape Sustentável - Ampliação da capacidade institucional e de gestão de ações para o desenvolvimento socioambiental de SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros” foi assinado em 18 de janeiro de 2016, tendo sido finalizado em 18 de janeiro de 2018. Este acordo de cooperação técnica, identificado pelo número 914BRZ3022, teve duração de 24 meses e foi celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, representada pelo Complexo Industrial Portuária Governador Eraldo Gueiros, e a Unesco, configurando-se, respectivamente, como agente receptor e agente doador no âmbito dessa cooperação. A parceria entre Suape e Unesco contou com a mediação da ABC, sendo a primeira assistência internacional firmada pelo complexo (Unesco; Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 2016).

O porto também apresenta algumas iniciativas ambientais anteriores à parceria firmada com a instituição supracitada que cabem ser introduzidas. Na busca por viabilizar projetos de recuperação da vegetação nativa do seu entorno, desde o ano de 1995 Suape mantém um viveiro florestal com capacidade de produzir, por ano, mais de 400 mil mudas de espécies típicas da mata atlântica (SUAPE, [s.d.]). Em 2010 também foi implementado o Programa de Educação Ambiental do Complexo Industrial Portuário de Suape, que fornece cursos para capacitação de diversos públicos em temas como a educação ecológica, a gestão de resíduos, uso da água e restauração florestal (SUAPE, [s.d.]).

Outrossim, no ano de 2011, foi apresentado o Plano Diretor que trouxe diversas orientações e metas para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do porto. O instrumento foi responsável pelo alargamento da ZPEC - conforme já discutido neste trabalho - e incluiu diretrizes para a criação de corredores ecológicos, expansão das áreas de compensação ambiental, além do monitoramento da qualidade do ar e dos rios presentes no território (SUAPE, 2011).

Frente a este histórico de iniciativas socioambientais, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura possui uma relação de longa data com o Brasil, tendo estabelecido suas atividades no país no início da década de 1970. Desde então, a Unesco tem consolidado sua atuação por meio de uma colaboração estreita com diversos setores nacionais, com destaque para a educação, área na qual mantém uma parceria sólida com o Ministério da Educação (MEC) (Brasil, [s.d.]).

Ainda no que diz respeito ao estabelecimento de parcerias, a Unesco não restringiu sua atuação ao âmbito federal, expandindo também sua presença para o nível estadual. Em Pernambuco, essa colaboração percorreu diversas etapas e se consolidou ao longo do tempo. Junto ao Governo do Estado, a organização já estabeleceu uma representação temporária com o intuito de tratar de questões relacionadas à educação - operando atualmente no suporte a projetos sociais e à cultura local. Neste sentido,

Pernambuco possui também outras relações com a UNESCO e as Convenções sob sua tutela, representadas pela inscrição do Centro Histórico de Olinda na lista do Patrimônio Mundial, da ilha de Fernando de Noronha do Patrimônio Natural da Humanidade e o Frevo, inscrito na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (SUAPE, 2018, [s.p.]).

Assim, a cooperação firmada entre Suape e a Unesco, se enquadra em um histórico mais amplo de parcerias orientadas à valorização do patrimônio, à preservação ambiental e ao progresso social, evidenciando o papel de Pernambuco no compromisso com a proteção e inclusão socioambiental.

4.1 Metas e obstáculos: desafios na construção da sustentabilidade

O porto de SUAPE exerce forte influência sobre a atividade econômica local, transformando a configuração sociocultural do território em que está inserido. A região, caracterizada por uma rica biodiversidade - que inclui áreas ambientais protegidas, manguezais e zonas de desenvolvimento rural - passou por modificações para viabilizar a fundação do porto e continua sendo reestruturada a fim de atender às suas demandas operacionais. Neste contexto,

a infraestrutura do território foi ampliada com a implementação de uma linha ferroviária que interliga todo o território, facilitando a logística comercial. Ademais, a presença de indústrias no entorno do complexo desempenha um papel estratégico, podendo influenciar o seu crescimento no futuro (Unesco; Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 2016).

Dessa maneira, o progresso da região de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca tem gerado efeitos significativos à configuração urbana local, evidenciando uma expansão desordenada e a formação de conjuntos habitacionais irregulares. Este cenário reflete a ausência de planejamento urbano eficaz e de meios adequados para ordenar o desenvolvimento territorial. Além disso, o crescimento irregular tem resultado em um novo desafio: a inserção de novos projetos urbanos em áreas de relevante valor histórico e cultural, comprometendo a preservação de sua identidade original e, podendo inclusive, contribuir para a sua degradação (Unesco; Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 2016).

Foi com base nestas motivações que nasceu o projeto “Pacto por Suape Sustentável”, que tem como objetivo central o desenvolvimento de toda a zona portuária, com destaque para o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti - uma área de relevância cultural e turística - por meio de estratégias voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social. Desse modo, a perícia da Unesco nas áreas de educação, ciência e cultura mostrou-se imprescindível para a implementação de ações de gestão direcionadas à superação de desafios relacionados à preservação ambiental, cultural e a integração social das comunidades residentes na área do porto (Unesco; Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 2016).

À vista disso, foram definidos três objetivos imediatos que compõem a organização do acordo. O primeiro consiste em realizar um levantamento abrangente sobre as demandas ambientais, sociais, educacionais, culturais e legais da região do Complexo de SUAPE. Este procedimento visa sistematizar todas as informações obtidas, por meio de relatórios que serão fundamentais para a elaboração de estratégias de intervenção. O segundo busca fornecer subsídios para a elaboração de um plano de ação estratégico, contemplando os projetos desenvolvidos com a finalidade de mitigar as vulnerabilidades encontradas no território a partir das análises realizadas. Já o terceiro e último objetivo pretende promover a capacitação e a sensibilização das equipes técnicas de SUAPE, do setor empresarial, das administrações das cidades de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, além de comunidades locais, por meio de cursos voltados à elaboração de projetos para a captação de recursos. Estas iniciativas também terão foco no âmbito da economia solidária, da economia criativa e da responsabilidade social (SUAPE, 2018).

Figura 4 - Objetivos do Projeto Pacto por SUAPE Sustentável – 914BRZ302

Fonte: SUAPE, 2018.

Desse modo, a Figura 4 apresenta os objetivos do projeto, que visa sistematizar ações estratégicas para o desenvolvimento socioambiental da região de todo o complexo, sendo estas, diretrizes centrais para alcançar de modo efetivo os propósitos desta cooperação. Contudo, a implementação do acordo foi acometida por desafios significativos.

O Documento de Projeto (PRODOC) elencou duas possíveis problemáticas que poderiam comprometer o andamento do projeto, são elas: adversidades voltadas às questões políticas do porto e dificuldades administrativas. Mesmo sendo considerados tênues, essas limitações dificultaram o seu pleno cumprimento. Assim, durante os dois anos de vigência do contrato, o complexo foi administrado por três diferentes presidentes, ao mesmo tempo em que o projeto enfrentou mudanças em sua diretoria e coordenação. Essas transições gerenciais resultaram em atrasos na administração do projeto, dificultando o monitoramento, a supervisão e a condução das atividades desenvolvidas pelas consultorias contratadas. Como consequência, o ritmo de execução tornou-se mais lento do que o previsto, comprometendo a implementação das propostas no prazo adequado para o alcance dos resultados esperados pela população (SUAPE, 2018).

4.2 A estrutura do acordo de cooperação entre Suape e Unesco

A elaboração deste estudo fundamentou-se em fontes documentais, com a análise de dois arquivos essenciais para a pesquisa, por elucidar aspectos e detalhes centrais do acordo de cooperação entre Suape e Unesco. O primeiro, elaborado pela Unesco, apresenta as diretrizes iniciais para a implementação do projeto. O segundo, objeto de análise dessa pesquisa, foi produzido pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e corresponde ao relatório final do acordo de cooperação, compreendendo todos os processos conduzidos ao longo da vigência da parceria, bem como os resultados alcançados.

O PRODOC está dividido em diversas seções fundamentais que estabelecem o funcionamento da parceria e a execução das ações planejadas. Sua introdução contextualiza a importância da iniciativa diante do crescimento econômico da região e dos desafios socioambientais decorrentes da expansão do porto, entre outros elementos que são destrinchados no decorrer do documento. Posteriormente, apresenta a metodologia adotada, baseada na utilização da ferramenta de planejamento, matriz lógica, empregada no monitoramento dos objetivos, ações realizadas e resultados do projeto, além de utilizar outros instrumentos de análise como a sistematização das atividades realizadas (SUAPE, 2018).

Em seguida, o acordo retrata o objetivo de desenvolvimento, que consiste no desenvolvimento de toda a região portuária, com ênfase no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti. Outrossim, aborda os três objetivos imediatos, que envolvem a realização de um diagnóstico completo das necessidades ambientais, sociais, educacionais, culturais e legais do complexo, a oferta de suporte técnico para a realização de um plano de ação estratégico, além da promoção da capacitação e sensibilização das equipes técnicas e comunidade local de SUAPE (SUAPE, 2018).

Posteriormente, é retratado o monitoramento das ações executadas, evidenciando o alcance das metas inicialmente estabelecidas, seus dados e sua efetividade. Neste sentido, o projeto dispõe de um conjunto de instrumentos de avaliação, sendo os principais a análise e a comparação dos objetivos e metas alcançadas e a realização de reuniões anuais entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, a Unesco e a ABC, a fim de revisar sua execução (SUAPE, 2018).

Ainda sobre o monitoramento das ações executadas, o documento dedica uma parte significativa à apresentação das justificativas do acordo, que fundamentam a sua implementação e orientam a estruturação das iniciativas propostas. Assim, foi estabelecida uma

série de diretrizes estratégicas, elaboradas com base nos produtos desenvolvidos durante os dois anos de vigência do projeto e voltadas à implementação de soluções para os âmbitos ambiental, cultural e social do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Algumas delas são: Plano de Sustentabilidade do patrimônio imaterial do PMAHC, Projeto de educação integral a ser implantado em uma escola do Cabo de Santo Agostinho, entre outros. Outrossim, o documento apresenta meios complementares de monitoramento, destacando a introdução do “Pacto por Suape Sustentável” na mídia e a produção de artigos científicos sobre o acordo. Neste contexto, observa-se não apenas a contribuição destes instrumentos para a disseminação das transformações ocorridas, mas também o cuidado para com a transparência das ações implementadas (SUAPE, 2018).

O último tópico do PRODOC é dedicado ao desfecho dos dois anos de execução do projeto, ressaltando os principais avanços obtidos durante este período. Desse modo, também são apresentadas sugestões voltadas à monitoração do projeto e a execução das sugestões das consultorias, que dependem do compromisso da empresa SUAPE. Por fim, o relatório conta com alguns anexos que incluem documentos financeiros, o projeto de cooperação, a lista de empresas parceiras, entre outros (SUAPE, 2018). Portanto, o documento reforça a relevância da cooperação internacional como um instrumento fundamental para a implementação de estratégias inovadoras e sustentáveis, as quais buscam conciliar o crescimento econômico, a preservação ambiental e a promoção da inclusão social na região.

Ao considerar a complexidade dos desafios socioambientais enfrentados pela região de Suape, o projeto de cooperação entre Suape e Unesco, teve como objetivo não apenas a estruturação de ações estratégicas e monitoramento de sua implementação, mas também a avaliação das consequências geradas por meio das iniciativas desenvolvidas e sua adequação às demandas locais. Dessa maneira, cabe analisar os resultados alcançados pelo projeto, destacando os avanços obtidos e os desafios remanescentes na busca por uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.

4.3 Avanços e lacunas na implementação

A análise do “Pacto por Suape Sustentável” revela em seus documentos uma lacuna significativa na ausência de indicadores sociais, econômicos e culturais do território, tanto antes quanto após a execução do projeto. Esta falta de dados é um obstáculo para a avaliação objetiva dos resultados, como destacado por Steiner (2011), que aborda a escassez de evidências científicas biológicas nos estudos de caso ambiental. A inexistência de um sistema de

monitoramento estruturado compromete a análise da evolução da região, dificultando a comparação objetiva entre o cenário inicial e os efeitos obtidos, o que resulta em uma avaliação imprecisa dos avanços socioambientais. A falta de dados quantitativos e qualitativos concretos, torna desafiador mensurar o alcance das metas estabelecidas para embasar futuras estratégias para o território (SUAPE, 2018).

Todavia, compete salientar que o percentual de execução do projeto alcançou 87,50%, sendo este um resultado expressivo, considerando a amplitude das áreas de atuação contempladas pela iniciativa. Assim, segundo informações do PRODOC, o acordo representou um avanço significativo na tentativa de conciliar o desenvolvimento da região com a preservação ambiental. Entretanto, apesar do progresso relevante, algumas metas não foram plenamente alcançadas, evidenciando os desafios que ainda precisam ser superados para a efetiva consolidação dos objetivos propostos (SUAPE, 2018).

O projeto foi estruturado com 3 objetivos imediatos, previamente abordados neste estudo, os quais se desdobraram em 9 resultados específicos e um conjunto de 32 atividades estratégicas, das quais 28 foram efetivamente implementadas. No entanto, conforme indicado no PRODOC, a distribuição dessas atividades e dos produtos entregues ocorreu de maneira desigual entre os objetivos, comprometendo a coerência da execução.

Quadro 2 - Atividades do Pacto por Suape Sustentável

Data de Execução	Objetivo	Resultado	Atividade	Descrição
1º T 2016	1	1.1	1.1.1	Analisar diagnóstico sobre impactos e contribuições ambientais de SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros em sua região de forma a identificar as áreas prioritárias para possíveis criações de unidades de conservação de proteção integral, bem como analisar a situação atual das existentes;
2º T 2016	1	1.1	1.1.2	Realizar pesquisas necessárias para subsidiar a elaboração, revisão ou implantação do plano de manejo nas possíveis unidades de conservação de SUAPE;
1º T 2016	1	1.2	1.2.1	Realizar levantamento sobre a situação fundiária das áreas prioritárias para regularização do uso do solo;
2º T 2016	1	1.2	1.2.2	Analisar as condições dos equipamentos sociais disponíveis e mapear os necessários às comunidades residentes na região de SUAPE;
2º T 2016	1	1.2	1.2.3	Elaborar diagnóstico socioeconômico, com foco educacional, das regiões que compreendem o Complexo de SUAPE;
3º T	1	1.2	1.2.4	Mapear a demanda de qualificação profissional junto às

2016				empresas que compõem SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, bem como a oferta de Educação Profissional nos Municípios que abrangem a região do Complexo de SUAPE, em instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
1º T 2016	1	1.3	1.3.1	Realizar a pesquisa etnográfica e histórica do patrimônio cultural e dos saberes tradicionais das comunidades residentes no Complexo de SUAPE;
2º T 2016	1	1.3	1.3.2	Elaborar levantamento dos elementos do patrimônio arquitetônico e da infraestrutura necessária para o fortalecimento turístico, cultural e ecológico de SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.
2º T 2016	1	1.3	1.3.3	Definir conceito e viabilidade de vinculação do parque de SUAPE ao Programa Geoparques da UNESCO.
3º T 2016	1	1.3	1.3.4	Elaborar Programa de Educação Patrimonial e Ambiental voltados à pesquisa escolar e científica, e à atividade do turismo receptivo, com a capacitação e formação de monitores ambientais oriundos das comunidades residentes na região.
1º T 2016	1	1.4	1.4.1	Realizar estudos e pesquisas sobre os instrumentos e aplicação de marcos regulatórios em programas socioambientais no nível federal e no estado de Pernambuco para utilização de recursos de compensação ambiental.
2º T 2016	1	1.4	1.4.2	Elaborar estudos e indicar os procedimentos para a criação e implantação do sistema de certificação de responsabilidade social das empresas instaladas em SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.
2º T 2016	2	2.1	2.1.1	Desenvolver proposta de projeto para aplicação da compensação ambiental, com base nos marcos regulatórios nacional e estadual nas unidades de conservação de proteção integral.
3º T 2016	2	2.1	2.1.2	Desenvolver proposta de modelo de matriz lógica com plano de gestão ambiental para as áreas de preservação ambiental e unidades de conservação do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE.
1º T 2017	2	2.1	2.1.3	Elaborar projeto para a criação de unidades de conservação de proteção integral que se façam necessárias e ainda não existentes no território de SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.
1º T 2017	2	2.1	2.1.4	Elaborar documento técnico contendo proposta de revisão ou implantação do Plano de Manejo nas Unidades de Conservação de SUAPE.
2º T 2016	2	2.2	2.2.1	Elaborar proposta de projeto de regularização fundiária nas áreas prioritárias de SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros em consonância com a legislação local e federal e de forma a atender os projetos sociais, educacionais e culturais elaborados para o presente

				acordo de cooperação.
3º T 2016	2	2.2	2.2.2	Conceber proposta de projeto de instalação ou qualificação dos equipamentos sociais necessários às comunidades residentes na região de SUAPE;
3º T 2016	2	2.2	2.2.3	Idealizar proposta de projeto de ações sociais, com foco educacional, de acordo com as necessidades das comunidades locais das regiões que compreendem o Complexo de SUAPE;
4º T 2016	2	2.2	2.2.4	Elaborar plano estratégico para ofertas de cursos de qualificação e educação profissional, bem como um acompanhamento dos egressos, em conjunto com as instituições educacionais da modalidade existente na área de abrangência do projeto;
4º T 2016	2	2.2	2.2.5	Elaborar e apoiar proposta de Programa de Combate ao abuso e exploração sexual.
4º T 2016	2	2.2	2.2.6	Conceber proposta de programa de cultura, esporte e lazer para a população Jovem;
4º T 2016	2	2.2	2.2.7	Conceber campanhas/ações educativas vinculadas a temática DST/AIDS e Doenças Crônicas Não Transmissíveis /DCNT, específicas para a população feminina.
3º T 2016	2	2.3	2.3.1	Promover o registro, sistematização e publicação sobre o patrimônio cultural e dos saberes tradicionais das comunidades residentes nas Zonas de Preservação Cultural do Complexo de SUAPE;
1º T 2017	2	2.3	2.3.2	Elaborar projeto de gestão social, desenvolvimento de capital social e elaboração de projetos para os artesãos e demais produtores de bens culturais residentes nas Zonas de Preservação Cultural do Complexo de SUAPE;
2º T 2017	2	2.3	2.3.3	Criar documento de orientação para elaboração de projetos de restauro, adaptações e requalificação de patrimônios culturais e turísticos das áreas prioritárias de SUAPE – com base nas normas das autarquias, agências e fundações reguladoras – a fim de capacitar os gestores de SUAPE, possibilitando a apresentação e execução de projetos nessa área.
3º T 2016	2	2.4	2.4.1	Elaborar subsídios para a proposição de marco legal que possibilite o uso de recursos de compensação ambiental e de responsabilidade social nos projetos ambientais, sociais, educacionais e culturais apresentados no presente acordo nas áreas de SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.
4º T 2016	2	2.4	2.4.2	Realizar levantamento de experiências existentes e boas práticas para facilitar a SUAPE a definição de critérios, procedimentos e instrumentos de certificação de responsabilidade social por SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.
1º T	3	3.1	3.1.1	Capacitar a equipe técnica indicada pela diretoria de

2018				SUAPE em elaboração de projetos e na gestão das compensações ambientais decorrentes dos processos de licenciamento ambiental em nível estadual;
2º T 2017	3	3.1	3.1.2	Capacitar equipe técnica indicada pela diretoria de SUAPE para elaboração de projetos culturais e de economia criativa a serem financiados por instituições públicas e privadas;
3º T 2017	3	3.1	3.1.3	Elaborar programa de capacitação à população residente nas Zonas de Preservação Cultural e Ecológica de SUAPE em turismo ecológico, educação patrimonial, economia solidária e geração de renda, gestão social e empreendedorismo com vistas à inclusão produtiva dessas populações.
4º T 2017	3	3.1	3.1.4	Capacitar professores das redes de educação de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho nas áreas de cultura e de educação integral.

Fonte: Adaptado de SUAPE, 2018.

Nesse sentido, o quadro resume todas as atividades do projeto de cooperação entre Suape e Unesco. Organizada por data de execução, objetivos, resultados e descrição, as ações previam desde diagnósticos e propostas de compensação ambiental, até levantamentos socioeconômicos e iniciativas de educação patrimonial voltadas à região de Suape. Entre as atividades planejadas, mas não implementadas destacam-se a elaboração de um projeto de regularização fundiária nas áreas prioritárias do território, a criação do Programa de Combate ao abuso e exploração sexual, o desenvolvimento de campanhas educativas voltadas à saúde da mulher, além da capacitação de equipes técnicas para a formulação de projetos culturais e de economia criativa. Para tanto, ao analisar os dados de execução, percebe-se que os níveis de efetividade variam entre os objetivos do projeto.

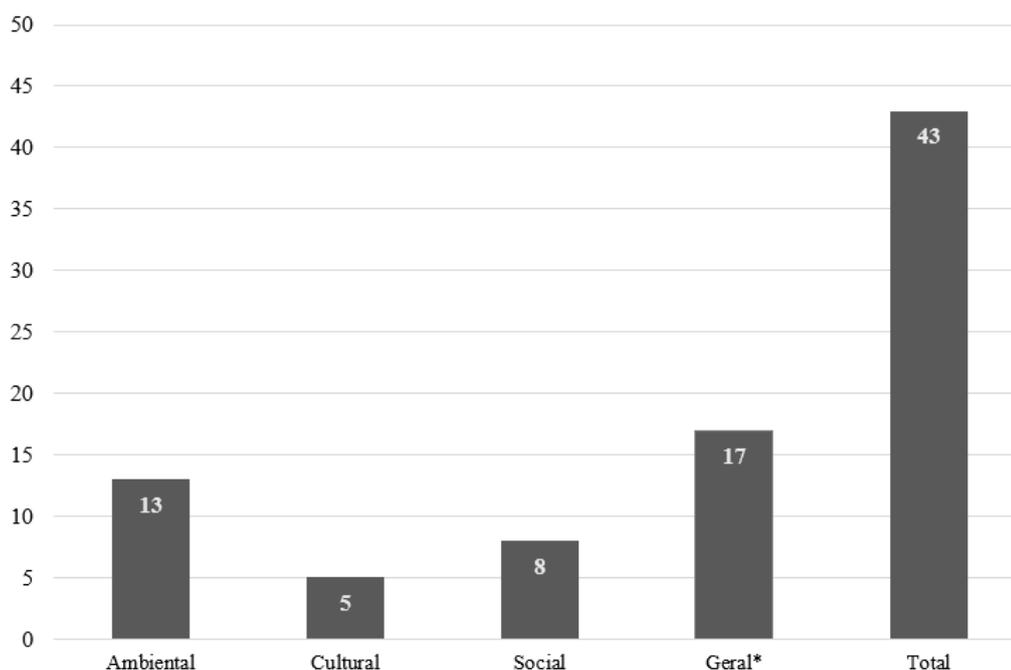
O primeiro objetivo imediato, com 12 atividades realizadas, atingiu 100% de efetividade, refletindo um planejamento mais alinhado às necessidades diagnosticadas na região de Suape. O segundo objetivo, com 13 atividades entregues, alcançou 81% de execução, revelando desafios na conversão dos diagnósticos em propostas concretas para o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Por outro lado, o terceiro objetivo imediato, que previa apenas três atividades, obteve um índice de realização de 75%, indicando algumas dificuldades na capacitação dos agentes locais para a execução do projeto. Essas discrepâncias na execução, indicam um planejamento assimétrico entre os atores da cooperação, ressaltando a necessidade de uma distribuição mais equilibrada de recursos e esforços para otimizar a efetividade do cumprimento das metas pactuadas (SUAPE, 2018).

Desse modo, o projeto resultou em 43 produtos entregues, que abrangem estudos, diagnósticos e planos estratégicos voltados para a melhoria da gestão socioambiental da região.

Alguns destes resultaram em propostas para a implementação de ações que visam promover o desenvolvimento local de forma contínua, mesmo após o término do acordo. No entanto, embora sejam contribuições relevantes, a maioria das entregas permanece no campo da pesquisa, sem garantir mecanismos eficazes para sua execução prática (SUAPE, 2018).

Assim, coube realizar um gráfico, de modo a elucidar os efeitos dos produtos apresentados nos três âmbitos gerais de desdobramento do acordo:

Gráfico 1 - Produtos do acordo “Pacto por Suape Sustentável” por área de atuação



* Produtos que atenderam duas ou três áreas de atuação concomitantemente.

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

O esquema apresentado reflete a priorização de iniciativas voltadas à conservação ambiental, ao planejamento territorial sustentável e a mitigação das consequências socioambientais no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Em paralelo, às intervenções no âmbito social demonstraram avanços significativos, especialmente no fortalecimento de ações voltadas à qualificação profissional e à inclusão das comunidades locais. Quanto ao setor cultural, embora tenham sido realizadas ações relevantes, sua abrangência foi relativamente menor em comparação aos demais eixos do projeto (SUAPE, 2018).

Dessa maneira, é importante observar cada um dos produtos correspondentes ao campo ambiental, área de atuação expressiva para o estudo em pauta:

Quadro 2 - Produtos apresentados que atendem a área de atuação ambiental

N	Produtos da área ambiental
1	Documento técnico contendo análise diagnóstica sobre impactos e contribuições ambientais de SUAPE, Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros em sua região de forma a identificar as áreas prioritárias para possíveis criações de unidades de conservação de proteção integral, bem como analisar a situação atual das existentes.
2	Documento contendo relatório de visita técnica na região de Suape e o marco referencial teórico com a visão de desenvolvimento sustentável na relação Porto-Cidade-Indústria com base no contexto socioeconômico atual de Suape.
3	Documento contendo pesquisas necessárias para subsidiar a elaboração, revisão ou implantação do plano de manejo nas possíveis unidades de conservação de SUAPE.
4	Documento contendo levantamento sobre a situação fundiária das áreas prioritárias para regularização do uso do solo.
5	Documento contendo proposta de projeto para aplicação da compensação ambiental, com base nos marcos regulatórios nacional e estadual nas unidades de conservação de proteção integral.
6	Documento contendo o modelo gestão integrado das Unidades de Conservação existentes e em fase de elaboração, no Complexo de SUAPE, contemplando uma proposta de corredor ecológico que interligue todas essas Unidades de Conservação, dentro do conceito de plano de gestão integrado.
7	Documento contendo proposta de Pagamento por Serviço Ambiental nas Unidades de Conservação contempladas no modelo de gestão integrada.
8	Projeto para a criação de unidades de conservação de proteção integral que se façam necessárias em SUAPE bem como proposta de matriz lógica com plano de gestão ambiental para as áreas de preservação ambiental e referidas unidades de conservação.
9	Documento técnico contendo proposta de revisão ou implantação do Plano de Manejo nas Unidades de Conservação de SUAPE.
10	Documento contendo as Diretrizes Gerais para a elaboração de um Plano de Sustentabilidade do Patrimônio Imaterial do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.
11	Documento contendo o Plano de Sustentabilidade de um Patrimônio Imaterial do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.
12	Guia indicativo das alternativas jurídicas para a apresentação de projetos e utilização de recursos de compensação ambiental, destacando os marcos regulatórios em programas socioambientais no nível federal e no Estado de Pernambuco.
13	Documento contendo sistematização das capacitações da equipe técnica indicada pela diretoria de SUAPE na gestão das compensações ambientais decorrentes dos processos de licenciamento ambiental em nível estadual.

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Para tanto, os 13 produtos técnicos e projetos ambientais acima apresentados foram todos finalizados e implementados na parceria firmada entre Suape e Unesco. Os itens descrevem de modo geral documentos ou ações voltadas à gestão ambiental, incluindo diagnósticos de impactos, propostas de manejo de unidades de conservação, entre outros. Tais

produtos visam promover maior integração entre desenvolvimento e conservação ambiental do complexo.

Apesar da relevância do “Pacto por Suape Sustentável” no contexto local, é mister destacar que outras iniciativas semelhantes foram desenvolvidas por outros portos brasileiros. Para tanto, em 2007, o Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e Unesco estabeleceram um acordo de cooperação técnica com o propósito de desenvolver e implementar um programa voltado à sustentabilidade da região portuária e de suas comunidades, abarcando dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais em seu programa (Governo do Rio Grande do Sul, 2007).

Destarte, em 2024, a Companhia das Docas da Bahia estabeleceu uma parceria com a Unesco e a ABC para a elaborar uma agenda socioambiental que beneficie os habitantes da região portuária, visando mitigar vulnerabilidades sociais, ambientais e econômicas, além de promover a modernização tecnológica do porto (Guia Marítimo, 2024). Mais recentemente, em 2025, a Autoridade Portuária de Santos (APS) aderiu ao Pacto pela Sustentabilidade do Mpor, uma iniciativa de alcance nacional que incentiva os portos a adotar práticas alinhadas aos princípios ESG (Porto de Santos, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os termos do acordo de cooperação técnica adotados na parceria entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a Unesco por meio do “Pacto por Suape Sustentável”. O acordo, que teve duração de 24 meses, foi assinado em 18 de janeiro de 2016 e finalizado em 18 de janeiro de 2018. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, sendo classificada como básica em sua natureza, descritiva quanto aos seus objetivos, e utilizou o estudo de caso como estratégia principal, a fim de compreender a atuação dos atores envolvidos na elaboração e implementação da parceria em questão.

Destarte, mediante a análise de fontes primárias e secundárias, buscou-se elucidar como esta cooperação técnica descentralizada configurou-se como instrumento relevante na gestão sustentável do território de Suape. Assim, frente aos desafios contemporâneos impostos pela crescente urgência das questões ambientais, tornou-se essencial a promoção de um desenvolvimento sustentável para os espaços portuários.

Nesse sentido, o presente estudo evidenciou a importância da atuação conjunta entre agentes locais e organização internacional, por meio da cooperação técnica estabelecida entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a Unesco. A análise do processo de cooperação

permitiu identificar os mecanismos adotados para integrar a sustentabilidade à gestão portuária, contribuindo para a construção de uma agenda voltada à mitigação dos impactos ambientais e ao fortalecimento do compromisso socioambiental.

Essa iniciativa socioambiental tornou-se relevante, tendo em vista que os portos são essenciais para o comércio internacional. Esses espaços que facilitam o intercâmbio comercial e o desenvolvimento econômico, evoluíram ao longo dos séculos, adaptando-se às demandas comerciais e tecnológicas. Assim, frente à crescente conscientização ambiental, os portos passaram a adotar práticas sustentáveis na busca por reduzir os impactos ambientais sem comprometer sua funcionalidade. Para tanto, essa dinâmica reflete um cenário amplo, em que se intensifica a importância da governança ambiental global para orientar ações conjuntas em prol da salvaguarda ecossistêmica mundial.

No Brasil, ao longo do tempo, a estrutura portuária brasileira foi modernizada por meio de avanços legislativos, que os salientaram como instrumento do modal de transporte aquaviário. O Complexo Industrial Governador Eraldo Gueiros exemplifica essa importância, destacando-se por sua geografia privilegiada, relevância econômica e compromisso com a sustentabilidade. Entretanto, apesar desses fatores, os desafios socioambientais persistem, evidenciando a necessidade de uma gestão global que harmonize crescimento econômico e responsabilidade socioecológica de atores estatais e não estatais, incluindo os portos, sejam eles públicos ou privados.

A governança, originalmente concebida no âmbito corporativo, evoluiu para uma ferramenta de articulação global frente aos inúmeros desafios contemporâneos. Baseada em princípios como participação, descentralização, transparência e cooperação multilateral, envolve múltiplos atores que atuam de modo interdependente na formulação e implementação de políticas públicas. Depois de longos anos, o debate ambiental passou a compor a agenda política internacional, emergindo a governança ambiental global como ferramenta para atenuar as externalidades negativas e para promover maior justiça socioambiental. Nesse sentido, evidenciam-se instituições como a Unesco, cuja atuação por meio de parcerias, como o projeto de cooperação técnica “Pacto por Suape Sustentável” contribui para conectar os níveis local e global, reforçando a necessidade de uma gestão ambiental compartilhada, adaptada às especificidades e às dinâmicas locais.

Dessa maneira, o acordo de cooperação técnica consiste em uma iniciativa representativa dos desafios enfrentados no âmbito da sustentabilidade portuária brasileira. Executado em um contexto marcado por conflitos portuários socioambientais, como os processos de desapropriação territorial, enfrentados pela população residente no entorno do

porto, além do acometimento da fauna e flora local pela poluição derivada das atividades portuárias, o pacto surgiu como uma resposta a essa problemática. Para tanto, o “Pacto por Suape Sustentável” traz um diferencial, ao propor uma articulação multissetorial, envolvendo atores do poder público e privado, instituições e sociedade civil, com vistas a alinhar o desenvolvimento de Suape à preservação ambiental e à justiça social.

Neste sentido, para a implementação da parceria, Suape e Unesco adotaram mecanismos como a realização de diagnósticos e estudos socioambientais, a promoção de oficinas e capacitações voltadas à comunidade e aos atores locais, bem como a elaboração de políticas e diretrizes estratégicas para o ordenamento territorial e a preservação ambiental do complexo. Esses instrumentos foram essenciais para identificar as demandas e as vulnerabilidades territoriais, de modo a fortalecer a educação socioambiental e a promover o engajamento e a inclusão desses atores na execução do projeto.

Assim, apesar de se tratar de um empreendimento que, por sua natureza, gera impactos ambientais, o Complexo Industrial Governador Eraldo Gueiros demonstrou, junto à Unesco, que, por meio de um planejamento estratégico, é possível conciliar o progresso econômico à salvaguarda ambiental, assimilando as demandas contemporâneas de sustentabilidade. Esta parceria gerou diversos produtos que abrangem desde estudos e diagnósticos, a planos voltados ao desenvolvimento do território de Suape. Entretanto, mesmo sendo entregas relevantes, a grande maioria permanece no campo da pesquisa, sem garantir mecanismos para a execução prática do fortalecimento sustentável na região. Desse modo, o acordo fundamentou-se no diálogo com as comunidades locais, na valorização dos saberes tradicionais e na construção de diagnósticos adaptados à realidade do território.

A experiência do caso revela que a tomada de decisão coletiva é uma ferramenta robusta para fortalecer a legitimidade das políticas adotadas e para trazer transformações para realidades marcadas por conflitos socioambientais, como as áreas portuárias. O “Pacto por Suape Sustentável” também impulsiona o surgimento de iniciativas semelhantes que mobilizem a adoção do processo de cooperação descentralizada como instrumento estratégico na busca por uma gestão transparente e responsável de territórios e de cenários complexos, que promova soluções mais adaptadas e duradouras.

Por fim, o estudo destacou a importância estratégica de Suape, analisando seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável e na proteção socioambiental, contribuindo para a relevância do debate acadêmico sobre o cenário ecossistêmico que, devido a sua urgência, urge para a sensibilização da estrutura social e ambiental. Ao reunir fontes atualizadas sobre o cenário ambiental e portuário, o presente trabalho contribui para uma compreensão mais

contemporânea do caso e colabora para o fortalecimento do debate, voltado aos modelos de desenvolvimento sustentável em territórios estratégicos, como Suape, assim como viabiliza investigações futuras sobre a eficácia de acordos envolvendo múltiplos atores, que adotam mecanismos de cooperação descentralizada. Para tanto, frente a ausência de indicadores socioambientais que tragam maior robustez para a análise de casos que envolvem a pauta ambiental, sugere-se a formulação de uma agenda de pesquisa que se dedique aos efeitos a longo prazo do “Pacto por Suape Sustentável” sobre os habitantes do entorno e o ecossistema da região do porto.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). **Porto Verde: modelo ambiental portuário**. [S. l.: s. n.], 2011. 116 p. ISBN 978-85-64964-01-3. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/210>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). Portos Para Não Portuários. Versão 1, dez. 2023. Disponível em: PPNP-2023.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

AYLLÓN, B. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. **Carta Internacional**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 32-47, 15 out. 2007.

ALVES, S. G.; SANTOS, S. L. dos. Crescimento econômico, desigualdade e injustiças ambientais: um olhar crítico a partir do Complexo Industrial Portuário de Suape. **Gaia Scientia**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/33216>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Banco Mundial. Governance and development (English). Washington, 1992. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/604951468739447676>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BASSANI, Paulo; CARPIGANI, Pedro H. C. Apontamentos do movimento ambiental e desenvolvimento sustentável. **ANALECTA**, Paraná, v.11, n. 1, p. 35-52, 2010. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/viewFile/2293/1948>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 2, p. 100-130, 2004.

BÍBLIA, A. T. Gênesis. *In*: BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução: Ivo Storniolo, Euclides Balancin. São Paulo: Editora Pastoral, 1990. cap. 1, 1584 p. ISBN 978-85-349-1324-9.

BNDES. Hub de Projetos: Portos. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <<https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Portos>>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Cooperação Descentralizada. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cooperacao-do-brasil-para-o-exterior/cooperacao-descentralizada>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Competências. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/antaq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Recorde nos portos: setor aquaviário movimenta mais de 1,32 bi de toneladas em 2024. Brasília: ANTAQ, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/antaq/pt-br/noticias/2025/recorde-nos-portos-setor-aquaviario-movimenta-mais-de-1-32-bi-de-toneladas-em-2024>. Acesso em: 8 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. UNESCO - Representação no Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco#:~:text=A%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20da%20UNESCO%20no,do%20de desenvolvimento%20humano%20e%20social>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. 5. ed. Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2020.

BRASIL. Ministério de Portos e Aeroportos. Portos brasileiros movimentam 95% das importações e exportações de produtos. Brasília: Ministério de Portos e Aeroportos, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/portos-brasileiros-movimentam-95-das-importacoes-e-exportacoes-de-produtos>. Acesso em: 8 mai. 2025.

BRASIL. Ministério de Portos e Aeroportos. Setor portuário registra crescimento de 10% no primeiro bimestre. Brasília: Ministério de Portos e Aeroportos, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/setor-portuario-registra-crescimento-de-10-no-primeiro-bimestre>. Acesso em: 8 mai. 2025.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. Portos marítimos, fluviais e lacustres. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/recinto-aduaneiros/portos-maritimos-fluviais-e-lacustres>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2. ed. Tradução: Raul de Polillo. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969. 328 p.

Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. A pesquisa científica. *In*: NETO, Tatiane Engel Gerhardt; ALBUQUERQUE, Denise Tólio Silveira (org.). **Estudos de caso:**

Manual para a pesquisa empírica qualitativa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. cap. 2, p. 31-42. ISBN 978-85-386-0071-8.

Council of Supply Chain Management Professionals (CSCMP). Supply Chain Management Terms and Glossary. [s.l.], 2013. Disponível em: https://cscmp.org/CSCMP/cscmp/educate/scm_definitions_and_glossary_of_terms.aspx. Acesso em: 29 abr. 2025.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e; LEAL, Maria das Graças de Andrade; PINHO, José Ricardo Moreno (org.). **Histórias e espaços portuários:** Salvador e outros portos. Salvador: EDUFBA, 2016. 446 p. ISBN 978-85-232-1520-0.

CUNHA, I. A. Fronteiras da gestão: os conflitos ambientais das atividades portuárias. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 6, p. 1019–1040, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/P6ZmfYpMMkRMMCTbm9qdKCs/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

DOMINGUES, J.; COELHO, A. E. G. C.; SILVA, E. J. Impactos ambientais ocasionados pelo modal marítimo. **Revista Processando o Saber**, [s. l.], v. 13, 138-153, 9 jun. 2021. DOI 10.5281/zenodo.15073329. Disponível em: <https://www.fatecpg.edu.br/revista/index.php/ps/article/view/329>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Diretoria de Portos e Costas. A influência da abertura dos portos brasileiros no processo de desenvolvimento do Brasil. **Revista do Clube Naval**, v. 1, n. 401, p. 25-27, 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/clubenaval/article/view/3153/3073>. Acesso em: 26 abr. 2025.

D'OLIVEIRA, Roberto Cruxen Daemon. Aspectos relevantes sobre estruturas de acostagem. **Revista Obras Civis**, ano 3, n. 3, p. 21–28, dez. 2011. Acesso em: 20 abr. 2025.

FARRANHA, A. C.; FREZZA, C. DA S.; BARBOSA, F. de O. Nova Lei dos Portos: Desafios Jurídicos e Perspectivas de Investimentos. **Revista Direito GV**, v. 11, n. 1, p. 89–116, jan. 2015.

FILHO, Alcides G. Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros: a longa e constante espera. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 3, p. 455–489, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/ykXSSRLNQpxvjr3DXsQc6rf/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FONSECA, Thiago Vinícius Mantuano da. **Comendador Antônio Martins Lage: Entre a Navegação e a Operação Portuária no Século XIX.** 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes. Regimes internacionais como ações da governança global. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 12, n. 125, p. 40–45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4296>. Acesso em: 26 mar. 2024.

Governo de Pernambuco. Órgãos: Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Pernambuco, [s.d.]. Disponível em: <https://www.pe.gov.br/orgaos/suape-complexo-industrial-portuario-governador-eraldo-gueiros/>. Acesso em: 26 maio 2025.

Governo do Rio Grande do Sul. Porto de Rio Grande e Unesco firmam parceria. Estado RS, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/porto-de-rio-grande-e-unesco-firmam-parceria#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20para%20a,S%C3%B3cio%2DAmbiental%2C%20visando%20ao%20processo%20de%20desenvolvimento%20integrado>. Acesso em: 14 mar. 2025.

Guia Marítimo. Docas da Bahia e UNESCO desenvolvem programas socioambientais. [s.l.], 2024. Disponível em: <https://www.guiamaritimo.com.br/noticias/portos/docas-da-bahia-unesco-desenvolver-programas-socioambientais>. Acesso em: 14 mar. 2025.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KING, Gary. Replication, Replication. **Political Science & Politics**, v. 28, n. 3, 1995. Disponível em: <https://gking.harvard.edu/files/gking/files/replication.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2025.

KJAER, Anne Mette. **Governance**. Cambridge: Polity Press, 2010.

KOENING, M. L. *et al.* Impactos da construção do Porto de Suape sobre a comunidade fitoplanctônica no estuário do rio Ipojuca (Pernambuco-Brasil). **Acta Botanica Brasilica**, v. 16, n. 4, p. 407–420, out. 2002.

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/b9xbgR49ZTvbzLq5RKFZrDg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2025.

LORENZETTI, J. V.; CARRION, R. M. Governança ambiental global: atores e cenários. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 721–735, set. 2012.

LOPES, Luara Landulpho Alves. O Brasil no regime da cooperação internacional para o desenvolvimento: quoi de neuf? In: 3º Encontro Nacional ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000001220110003000008&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 28 nov. 2024.

MAMIGONIAN, Armen. **Navegações e portos no Brasil e no mundo**. Florianópolis: Instituto Ignacio Rangel; GCN; CFH; UFSC, 2017. 110 p. Série Cadernos Geográficos, n. 37. ISBN 978-85-5734-002-2.

MARCO ZERO CONTEÚDO. Meio Ambiente. Suape pelo Aveso, 2019. Disponível em: <https://suapepeloavesso.marcozero.org/meio-ambiente/>. Acesso em: 3 mai. 2025.

MAZZAROPPI, Eduardo. Evolução Histórico-conceitual da Cooperação Técnica Internacional Brasileira em Saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2016. DOI: 10.29397/reciis.v10i3.1087. Disponível em:

<https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1087>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MEDEIROS, Rogério; GODOY, José Henrique. Desenvolvimento, território e políticas sociais: Suape e uma nova agenda de pesquisa sobre os impactos sociais de grandes projetos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 24, p. 77–100, 17 Jul 2015. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3641>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MILANI, Carlos R. S. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. 1. ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017. 224 p. ISBN 978-85-60123-08-7.

MILANI, Carlos. Evolução histórica da Cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, André de Mello (Org.), **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. P. 33-56. ISBN 978-85-7811-223-3.

MONIÉ, F.; VIDAL, S. M. DO S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 6, p. 975–995, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/sJ58WbxPncB9H8dQhsgmtNS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2025.

NETO, José Mário Wanderley Gomes; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; SILVA, Renan Francelino da. **Estudos de caso: Manual para a pesquisa empírica qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2024. ISBN 978-85-326-6693-2.

OLIVEIRA, Julya; MADEIRA, Carolina Lordes; SERVARE JUNIOR, Marcos Wagner Jesus. Avaliação das vantagens e progressões do transporte aquaviário: uma revisão bibliométrica. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, Espírito Santo, Brasil, v. 10, n. 4, p. 39–50, 2024. DOI: 10.47456/bjpe.v10i4.45392. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/45392>. Acesso em: 23 abr. 2025.

Organização das Nações Unidas. The Sustainable Development Goals Report 2024. 2024. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024>. Acesso em: 19 abr. 2025.

Porto de Santos. APS adere a Pacto pela Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos. *Porto de Santos*, 09 abr. 2025. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/2025/04/09/aps-adere-a-pacto-pela-sustentabilidade-do-ministerio-de-portos-e-aeroportos/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

Rede Brasileira de Reservas da Biosfera. O Programa MAB. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://reservasdabiosfera.org.br/programa-mab/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. O Programa MAB. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://rbma.org.br/n/mab-unesco/o-programa/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

RODOVALHO, Rafael Guimarães. Cooperação técnica Internacional e Cooperação Sul Sul pelo Governo Brasileiro em parceria com o PNUD: dois vetores de promoção do Desenvolvimento. Orientador: Renato Zerbini Ribeiro Leão. 2009. 60 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília, Brasília,

2009. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9704/1/20517669.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

RODRIGUES, J.; SANTOS, F. G. DOS. História Marítima e Portuária em Revista. **Almanack**, n. 21, p. 1–7, jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/nGS67vhQspTGWQRDrKrddPs/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Ambiental: introdução, fundamentos, teoria geral**. São Paulo: Saraiva Jur, 2014. 456 p. ISBN 9786555598339.

SATO, Eiiti. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. **RECIIS**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2010. DOI: 10.3395/reciis.v4i1.698. Disponível em: <https://www.reciiis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/698>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Guia de Cooperação Técnica Internacional**. Brasília: Governo do Distrito Federal; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Escola de Governo do Distrito Federal, 2018.

SILVA, G. R.; JUNIOR, I. B.; FIGUEROA-VILLAR, J. D.; CASTRO, A. T. de. Defesa química: histórico, classificação dos agentes de guerra e ação dos neurotóxicos. **Química Nova**, v. 35, n. 10, p. 2083–2091, 2012.

SILVA, José Adailton Barroso; VIEIRA, José Daniel; GRAÇA, Rogério Freire; RODRIGUES, Auro Jesus. Uma breve história sobre o surgimento e desenvolvimento do capitalismo. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 125–137, 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1950>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SILVA, Kalina Santos da. Logística brasileira: um estudo teórico do modal aquaviário (cabotagem). 2015. 88 f. Monografia (Tecnólogo em Gestão Pública) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1765>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SOCAS, Nicolás; HOURCADE, Odile. La cooperación internacional. In: CHIANI, Ana María; RÍO, Juan B. Scartascini del (coord.). **La cooperación internacional: herramienta clave para el desarrollo de nuestra región**. 1. ed. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, 2009. p. 19-50. ISBN 978-987-1285-16-7. Disponível em: https://www.kas.de/documents/287460/287509/7_file_storage_file_17526_4.pdf/c920df51-f9ec-b210-e38d-2bbe7024dd3c. Acesso em: 7 mai. 2025.

SOUZA, André de Mello e (org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. 277 p. ISBN 978-85-7811-223-3.

SOUZA, Matilde de. **Política Ambiental Global e o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2024. 160 p. ISBN 978-65-5547-475-2.

STEIL, C. A.; TONIOL, R. Além dos humanos: reflexões sobre o processo de incorporação dos direitos ambientais como direitos humanos nas conferências das Nações Unidas. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 40, p. 283–309, jul. 2013. Acesso em: 27 mar. 2024.

STEINER, A. O uso de estudos de caso em pesquisas sobre política ambiental: vantagens e limitações. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 38, p. 141–158, fev. 2011. Acesso em: 1 abr. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eduardo Gueiros. Desenvolvimento com Sustentabilidade. Suape, [s.d.]. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/meio-ambiente-2/desenvolvimento-com-sustentabilidade>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Educação ambiental. Suape, [s.d.]. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/meio-ambiente-2/educacao-ambiental>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Histórico de Suape. Suape, [s.d.]. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/historico-de-suape>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Mapa de Empresas. Suape, [s.d.]. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/mapa-de-empresas>. Acesso em: 16 mai. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Mapa do Porto Organizado de Suape. Disponível em: https://www.suape.pe.gov.br/images/porto/PDZ/porto-organizado/MAPA_DO_PORTO_ORGANIZADO_DE_SUAPE.pdf. Acesso em: 16 mai. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. O Porto do Futuro. Suape, [s.d.]. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/porto/o-porto-do-futuro#:~:text=O%20Porto%20de%20Suape%20apresenta,nas%20regi%C3%B5es%20Norte%20e%20Nordeste>. Acesso em: 18 mai. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Parceria com a UNESCO e a ABC impulsiona ações em Suape. Suape, 2016. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/782-parceria-com-a-unesco-e-a-abc-impulsiona-acoes-em-suape?highlight=WyJ1bmVzY28iXQ==>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Suape apresenta novo Plano Diretor. Suape, 2011. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/317-suape-apresenta-novo-plano-diretor>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Suape, em parceria com a Unesco, dá mais um passo para consolidação do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti. Suape, 2022. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1722-suape-em-parceria-com-a-unesco-da-mais-um-passo-para-consolidacao-do-parque-metropolitano-armando-de-holanda-cavalcanti>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Relatório Final da Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Recife, 2018.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Relatório Integrado Suape 2020. Suape, 2020. Disponível em: https://www.suape.pe.gov.br/images/institucional/lei-13303/RELATO_INTEGRADO_SUAPE_-_2020.pdf. Acesso em: 01 mai. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Relatório de Sustentabilidade Suape 2023. Suape, 2018. Disponível em: [RELATÓRIO_DE_SUSTENTABILIDADE_SUAPE_-_2023_atualizado.pdf](#). Acesso em: 30 abr. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Responsabilidade Social. Suape, [s.d.]. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/responsabilidade-social>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Unesco. Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília: Escritório da UNESCO no Brasil, 2002. Acesso em: 30 mar. 2024.

Unesco; Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Pacto por Suape Sustentável – Ampliação da capacidade institucional e de gestão de ações para o desenvolvimento socioambiental de Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Recife, 2016.

Unesco. Sources of funding. Paris: Unesco, 2024. Disponível em: <https://core.unesco.org/en/sources-of-funding?biennium=42&quarter=2024Q4>. Acesso em: 4 mai. 2025.

Unesco. Strategic Plan: International Decade of Sciences for Sustainable Development (2024–2033). 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/strategic-plan-international-decade-sciences-sustainable-development-2024-2033>. Acesso em: 19 abr. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. ISBN 85-7307-852-9.